

OUTUBRO 2024

# jornal



Federação Nacional da Educação



**COMPROMISSO**  
POR UMA MELHOR  
CONVIVÊNCIA ESCOLAR

# ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 61

AÇÃO SINDICAL

62 - 65

TEM A PALAVRA

66 - 67

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO



68 - 78

INTERNACIONAL

79 - 86

SAÚDE

87

+VANTAGENS FNE

FICHA TÉCNICA | OUTUBRO 2024

**Proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**Diretor**  
Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**  
Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Tesoureiro**  
Mário Jorge

**Redação**  
Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
tel. 225 073 880  
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques



#### Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO





# EDITORIAL



## Juntos por um bem comum

Vivemos numa sociedade em constante transformação, marcada por avanços tecnológicos e desafios sociais complexos, onde a Escola, como espaço de ensino, aprendizagem, formação e socialização, tem um papel fundamental a desempenhar. É nela que os nossos jovens aprendem, desenvolvem as suas capacidades e constroem a sua identidade. É nela que milhares de Educadores, Professores, Técnicos Especializados, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais realizam o seu trabalho.

Por isso, é preciso que a escola tenha um ambiente acolhedor e seguro, onde todos se sintam valorizados, respeitados e onde a convivência escolar não seja vista apenas como um complemento ao processo de ensino, mas sim como um elemento central que influencia diretamente o sucesso dos nossos alunos.

Ao falar em convivência escolar, estamos a falar de, garantidamente, Respeito pela Diversidade, Prevenção da violência, Diálogo, Negociação e Cidadania.

Assim, importa valorizar as diferenças individuais e culturais, promovendo a inclusão e combatendo qualquer forma de discriminação; implementar ações eficazes para prevenir o *bullying*, o *cyberbullying* e outras formas de violência escolar; estimular o diálogo entre todos os membros da comunidade escolar, na procura das melhores soluções para os conflitos; e promover a formação de cidadãos conscientes, informados e responsáveis, capazes de construir um futuro melhor.

Foi com este enquadramento e simultaneamente com grande satisfação que, passados 11 anos da 1ª edição, abri, juntamente com a Presidente da CONFAP e o Presidente da ANDAEP, a XI Convenção Nacional, um espaço de encontro e reflexão importante, e cujo tema deste ano "Melhor convivência escolar, Mais aprendizagens" considero ter sido muito oportuno.

A procura por uma convivência escolar mais harmoniosa está diretamente ligada à promoção das aprendizagens e das condições de trabalho, porque quando os alunos se sentem seguros e respeitados estão mais motivados para aprender e para se envolverem nas atividades escolares.

Quando os Trabalhadores de Apoio Educativo se sentem capacitados e respeitados estão mais motivados e capazes de agir. Quando os Diretores escolares se sentem seguros para decidir, munidos de todos os instrumentos e recursos, estão mais preparados para responder aos desafios com que diariamente são confrontados.

E quando os Educadores e Professores se sentem respeitados e valorizados estão mais capazes de se dedicar ao mais importante, que são os seus alunos e o processo de ensino-aprendizagem, não se ocupando de processos burocráticos, disciplinares e outros que os desviam do seu principal papel.

A presença de Professores, Diretores, Pais, Trabalhadores de Apoio Educativo e Representantes de diversas instituições demonstra o compromisso de cada um de nós com a construção de uma escola melhor, mais justa e inclusiva. Acredito que somando esforços, como os que a FNE, juntamente com a CONFAP, a ANDAEP e mais recentemente o IAC (Instituto de Apoio à Criança) e a OPP (Ordem dos Psicólogos Portugueses) assumiram com a criação do Observatório para a Convivência Escolar, cujo portal já pode ser visitado em [www.convivenciaescolar.pt](http://www.convivenciaescolar.pt), podemos ajudar a construir um futuro melhor para a educação no nosso país.

A presença, neste evento, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Professor Doutor Fernando Alexandre, pelo simbolismo que a mesma representou e pelo importante sinal que foi dado, representa um reconhecimento fundamental do papel crucial da educação para o futuro do nosso país e contribui para o reforço do compromisso para a promoção de uma educação de qualidade.

Se o dia 21 de maio de 2024, data em que a FNE celebrou com o MECI o acordo histórico da Recuperação do Tempo de Serviço Congelado, que trouxe esperança e devolveu a tranquilidade às escolas, foi importante por tudo o que implicou em termos de valorização da carreira docente, e passados precisamente 5 meses, no dia 21 de outubro, foi dado início ao processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, que desejamos poder vir a contribuir para a tornar mais atrativa e motivadora, o dia 26 de outubro ficou marcado como sendo o dia em que, pela primeira vez, um Ministro da Educação participou nesta Convenção Nacional, num debate de um tema tão importante e que abrange todos os que vivem e fazem a escola.

É que a educação é um bem comum e a construção de uma escola melhor depende do esforço conjunto de todos nós. Juntos podemos fazer a diferença, transformar a realidade das nossas escolas e garantir um futuro promissor para as próximas gerações.

Que cada uma das nossas ações, intervenções, sugestões e reivindicações sejam mais um passo em frente na jornada de transformação, melhoria e inovação da educação portuguesa.

É esse o nosso caminho... passo a passo sem nunca perder o foco, a Alegria e a Esperança!



**PEDRO BARREIROS**  
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE





**XI**  
**CONVENÇÃO  
NACIONAL**

- 26 Outubro 2024
- 10h00 - 17h00
- Centro de Congressos de Aveiro

MELHOR

*convivência escolar*  
MAIS *aprendizagens*





# Ministro da Educação na XI Convenção FNE, CÓNFAPE, ANDAEP: “Os alunos têm que ser educados com o respeito pela diferença”

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação afirmou no final da tarde de sábado, 26 de outubro de 2024, que **“os alunos têm que ser educados com o respeito pela diferença”**. Fernando Alexandre encerrava a XI Convenção da FNE (Federação Nacional da Educação), CÓNFAPE (Confederação Nacional das Associações de Pais), ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas), alusiva ao tema “Melhor Convivência escolar, Mais Aprendizagens”, que decorreu na Aveiro-Expo, nesta cidade.

Fernando Alexandre agradeceu o convite das três organizações e sublinhou que “temos imensos desafios que têm que ser respondidos por todos nós”. O Ministro da Educação considerou muito importante o acordo de 21 de maio deste ano com a FNE, sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, e confessou-se mais uma vez surpreendido pela inexistência em Portugal de um registo da carreira de todos os professores.



“Nunca me passou pela cabeça que não houvesse um registo da carreira de todos os professores. Como é possível fazer-se um concurso centralizado sem esse registo?”. Fernando Alexandre revelou que o seu ministério iria resolver as ultrapassagens de docentes, melhorar as plataformas existentes e centralizar todos os dados de docentes na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

“Estamos a pensar nas competências do ministério. Somos o país com um dos sistemas educativos mais centralizados da Europa e temos a história de uma capital macrocéfala, o que provoca resistências”, acrescentou o Ministro. “As autarquias têm de saber o que se passa nas escolas. Temos que reconhecer que há um espaço próprio das escolas. Temos que aperfeiçoar a organização do nosso sistema educativo, com a melhoria dos processos e com muito trabalho colaborativo”.

Sobre o tema da convivência escolar, o Ministro da Educação acentuou a importância de se tomarem decisões baseadas em informação e estudos e declarou ser muito difícil medir o ambiente e o clima escolar. Para Fernando Alexandre, são precisos recursos e sensibilização para ultrapassar os desafios da educação e é um imperativo pensar melhor na intervenção do Pessoal de Apoio Educativo (PAE): “Os não docentes que trabalham com alunos nos recreios têm que ter uma dedicação exclusiva, uma formação e funções bem específicas”.

Em seu entender, o Ministério da Educação limitou-se a passar o PAE para as autarquias, embora conheça autarquias com muito boas práticas em Portugal. “O meu ministério tem um compromisso muito sério com o bullying e cyberbullying e não temos dúvidas que mais respeito pela diferença resulta numa melhor convivência escolar”.





## “Só fumei quando era proibido”

O programa da XI Convenção da FNE, CONFAP, ANDAEP começou pelas 10h00 com as intervenções do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, Mariana Carvalho, Presidente da CONFAP e Filinto Lima, Presidente da ANDAEP. Pedro Barreiros apelidou João Dias da Silva de “pai das convenções” e mencionou quatro vetores da convivência escolar: respeito pela diversidade, prevenção da violência, diálogo e negociação e cidadania. Em sua opinião, trocar ideias, analisar desafios e encontrar soluções inovadoras são três condições essenciais para uma escola mais inclusiva e um futuro mais risonho para Portugal.

Por seu lado, Mariana Carvalho venceu que o contributo dos pais é imprescindível para o sistema educativo e que uma melhor convivência escolar pode resultar em melhores aprendizagens e melhores resultados dos alunos. Por seu lado, Filinto Lima enalteceu o trabalho incansável dos diretores em prol de uma educação de qualidade no nosso país.







Pelas 10h30 seguiu-se um painel sobre “Melhor Convivência Escolar, Mais Aprendizagens”, com as participações de Ariana Cosme (Inspetora Geral da Educação e Ciência) e José Matias Alves (Universidade Católica), com moderação de Álvaro Almeida dos Santos (ANDAEP). Ariana Cosme dissecou as várias dimensões da convivência escolar, destacando a relação com o conhecimento e com as aprendizagens.

Nas suas palavras, a convivência com espaços de aprendizagem é uma grande oportunidade, lembrando os ainda milhões de crianças e jovens fora da escola em todo o mundo.

“A relação de pele traz muitas tensões, mas temos que nos ajustar”, ressaltou Ariana Cosme, para quem “não se pode reduzir a relevância da escola e do professor, que fazem toda a diferença”.

**MELHOR**  
**convivência escolar**  
**MAIS aprendizagens**



Hoje o mundo está todo nos telemóveis e ser aluno é ver os vulcões, as maquetas, os filmes, que empoderam os nossos jovens. Mas temos que encontrar o equilíbrio da convivência entre o calor aceso e os picos que ferem do porco-espinho. Ariana Cosme lembrava a célebre metáfora de Schopenhauer sobre os dois porquinhos-espinhos. Schopenhauer acreditava que a vida é dominada por uma eterna insatisfação, e que o sofrimento é uma parte inevitável da existência.

A parábola do porco-espinho reflete essa visão ao mostrar como os indivíduos estão presos entre dois males: o desejo de conexão e o sofrimento que essa conexão pode causar.

Mas as questões da convivência também se colocam aos educadores e professores, pois são vários os autores que falam na escola como uma soma de solidões dos docentes. “Não somos mais fracos porque precisamos dos outros, mas somos construídos com as oportunidades dos demais”. A conhecida investigadora lembrou que já fomos para todos os sítios do mundo, já morremos nos Pirinéus a fugir do nosso país e de Salazar e somos uma diáspora muito bem sucedida.

“A humanização tem que ser construída de uma maneira forte”, realçou. Para Ariana Cosme, a proibição dos telemóveis pode ser contraproducente: “Não acredito em proibições. Só fumei quando era proibido”.





## Conflito entre colaboração e competição

Por seu lado, José Matias Alves recordou o célebre relatório da UNESCO de 2010 de Jacques Delors (“Educação: um tesouro a descobrir”) e os seus quatro pilares da educação, entre eles (o terceiro) o aprender a conviver. E frisou que na escola há uma convivência única de saberes e de pessoas, o que é muito positivo para reconhecer o outro, que é diferente. “Durante a pandemia houve um afastamento do outro, mas nós precisamos da presença, de convivência, respeitando o plural, a diferença do outro. Como escreveu Fernando Pessoa: “Tudo é diferente de nós e por isso é que existe”.

O conhecido Professor da Universidade Católica lamentou, no entanto, o facto de a escola ainda ser um local de solidão e de ainda vivermos “num modelo escolar em que todos são iguais a um”.

José Matias Alves elogiou o tema desta XI Convenção: “O tema é muito feliz. O ser humano precisa do seu próximo, da singularidade do outro, em todos os planos da vida. A falta de convivência empobrece o conhecimento do outro”.

A seu ver, o conhecimento tem que ser eticamente sustentável, sensível, próximo das pessoas, que crie compaixão, humanidade, proximidade, que nos torne irmãos. “A ideia de comunidade tem que ver com a escola como comunidade educativa. Temos que praticar mais o espaço comum da escola”.

Na sua visão, tempo e espaço comuns existem cada vez menos na escola. O tempo que vivemos nas escolas é um tempo individual, de solidão, de sofrimento. Temos que ter na escola tempos de desenvolvimento profissional. E a docência precisa de ser uma profissão com tempos colaborativos. Mas o que vemos é um grande conflito entre a colaboração e a competição – um problema gravíssimo que pode estar a destruir a profissão.

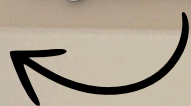
Para José Matias Alves, “os alunos vivem prisioneiros de uma grade que aprisiona”. Por isso, é necessário flexibilizar não só o currículo, mas também o modo de agrupar os alunos, sem ser numa lógica de ano de escolaridade. Entre os maiores desafios da escola de hoje apontou a multiculturalidade, diversidade e uma heterogeneidade crescente; o conhecimento, reconhecimento e valorização do outro; a humanização do tempo de escolarização; a reconstrução dos laços de uma ordem escolar excessivamente segmentada, gradeada, ainda muito exclusiva e a equidade e justiça. Quanto ao nosso currículo, José Matias Alves e Ariana Cosme concordam que ele não tem respondido à necessária colaboração das partes interessadas, porque tem sido elaborado com base numa segmentação, continuando a prevalecer uma lógica disciplinar na sua construção.







Consulte aqui a galeria de fotos







## Sim às competências socioemocionais

A parte da tarde contou com um segundo painel à volta do tema do “Bullying e Cyberbullying em contexto escolar”, com a participação de Melanie Tavares e Bruno Barros (IAC - Instituto de Apoio à Criança) e Sofia Mendes (OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses), moderados por Gabriel Constantino (FNE).

Melanie Tavares referiu que este ano letivo 57 agrupamentos de escolas pediram para integrarem a rede nacional de GAAF – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, uma estrutura multidisciplinar de mediação e apoio à comunidade educativa. Em 2021-22 e em 2022-23, o GAAF atendeu a 34 agrupamentos e em 2023-24 registou apoio a 51, com acompanhamento a 6.976 alunos (11%) num universo de 61.288.

O GAAF envolve os diretores de turma, professores e pessoal de apoio educativo e no ano letivo anterior 128 agressores foram denunciados, tendo sido reduzidos para 34 no final do ano escolar.

A coordenadora de Rede Nacional do GAAF referiu que este gabinete cuida da defesa e promoção dos direitos da criança, promovendo boas práticas que muito podem ajudar esta problemática. Entre elas, citou o desenho obrigatório pelas escolas de uma política de proteção de menores com fiscalização, reporte e denúncia (revistos anualmente), mentorias individuais e peer mentors, em que os alunos mais velhos ajudam os mais novos.



Melanie Tavares apresentou um conjunto de fatos sobre o bullying que deixaram os participantes apreensivos. Em 2022, 74% de alunos LGBTQI+ (três em quatro) sofreram bullying e em 2021 a segregação de alunos migrantes atingiu os 50%. Por outro lado, em 2020 o bullying sobre a obesidade infantil chegou aos 65%. Esta psicóloga especificou que estávamos a falar ali de quatro vertentes: segregação, discriminação, preconceito e estigma.

Quanto às vítimas atingiram em 2023-2024 o total de 148. “Temos que envolver a escola na questão do bullying”, frisou Melanie Tavares. Por seu turno, Bruno Barros demonstrou por que é tão difícil recolher e agregar dados sobre as estatísticas do bullying em Portugal. Por fim, mostrou dois vídeos sobre cyberbullying e insistiu na responsabilidade parental nesta questão.



Sofia Mendes apresentou uma comunicação sobre “Avaliar e Promover o Clima Escolar: o quê?, porquê? e o como?”, com incisão em padrões de experiências vivenciadas por diferentes intervenientes no contexto escolar, a partir de resultados de investigação. Integrados no clima escolar, referiu-se a quatro elementos individuais e no seu todo: ensino-aprendizagem, ambiente institucional, segurança e relações interpessoais, relacionados com o construto multidimensional de Salle-Finley (2023).







## Intervenção para todos

No porquê, Sofia Mendes sublinhou a importância do clima escolar positivo. Nos alunos, tal clima tem que ver com mais sucesso académico, maior desenvolvimento socioemocional e mais saúde mental. Igualmente com menos absentismo, menos problemas de comportamento e menos comportamentos de risco.

Nos professores, um clima escolar positivo relaciona-se, entre outras, com menos burnout, mais emoções positivas no trabalho, maior compromisso com a profissão e o local de trabalho ou com uma melhor satisfação profissional. Nos pais, os efeitos positivos resultam, entre outras, com um maior envolvimento parental e uma maior satisfação com a escola.

Na pergunta sobre como avaliar o clima escolar, Sofia Mendes deteve-se nos métodos, técnicas e instrumentos, e respondendo a quando avaliar realçou a aplicação de questionários na parte final do período letivo e a importância de medir o mesmo ponto temporal ao longo de vários anos. Esta especialista realizou parte da sua formação doutoral na Universidade da Carolina do Norte (EUA) e ainda colabora com a Georgia State University do mesmo país, nomeadamente com o questionário GSCS, aplicado a alunos do 3º ao 5º anos, do 6º ao 12º anos, a profissionais da educação e a pais/famílias.

Em 2023-24 e no corrente ano letivo, esta especialista deu nota de 29 escolas públicas e uma privada interessadas em avaliar o clima escolar, para apoio à tomada de decisão. O objetivo é o de identificar áreas frágeis, analisar padrões, planear intervenções e monitorizar resultados. No GSCS a profissionais da educação participaram no ano letivo anterior 2.884 respondentes, 85% dos quais do sexo feminino, 69% deles docentes.

Os assistentes operacionais constituíram o segundo grupo mais representativo da amostra. A avaliação global do clima escolar refletiu uma perceção geralmente positiva, com espaço para melhorias, especialmente nas áreas do envolvimento parental e nas relações entre pares e adultos.

As subescalas com as médias mais elevadas foram a Conexão entre os Profissionais e a Estrutura para a Aprendizagem e as pontuações mais baixas ficaram nas subescalas Envolvimento Parental e Relações entre Pares e Adultos.

Ao mencionar o tema da intervenção, Sofia Mendes referiu a implementação de três níveis (indicada, seletiva e universal), que devem ser vistos como complementares e não substitutivos entre si. Nas suas palavras, é fundamental reconhecer a necessidade de intensificar esforços para promover comportamentos positivos em todos os alunos, pois esta é, provavelmente, a estratégia mais eficaz na prevenção de violência e indisciplina no contexto escolar.

Uma das estratégias e intervenções baseadas em evidências recai em currículos e programas centrados em competências socioemocionais.







## Ministro ouviu solicitações

João Dias da Silva (Presidente da AFJET) apresentou de seguida o sítio internet do Observatório de Convivência Escolar ([www.convivenciaescolar.pt](http://www.convivenciaescolar.pt)), um projeto já antigo da FNE que visa monitorar e avaliar a qualidade da convivência nas escolas, identificando áreas de melhoria e promovendo ambientes seguros e saudáveis para alunos, professores e pessoal de apoio educativo.

João Dias da Silva destacou a relevância da recolha das boas práticas e a promoção de medidas de política educacional. Recorde-se que o Observatório agrega a FNE, CONFAP, ANDAEP, Instituto de Apoio à Criança e Ordem dos Psicólogos Portugueses.



Para além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, encerraram a sessão Mariana Carvalho, Filinto Lima e Pedro Barreiros. Mariana Carvalho realçou que “está nas nossas mãos fazer a diferença”, enquanto Filinto Lima destacou que “hoje foi um dia de sã convivência”, aproveitando a oportunidade para solicitar à tutela apoio jurídico aos diretores e a diminuição da burocracia nas plataformas.

Pedro Barreiros começou por afirmar que “o mais difícil é unirmo-nos em torno de um sistema educativo de qualidade, num compromisso por uma escola melhor”.

O secretário-geral da FNE agradeceu a presença do Ministro da Educação na XI Convenção, em Aveiro, classificando-a “como um grande privilégio para nós”.

Pedro Barreiros lembrou o acordo histórico da FNE de 21 de maio deste ano e desejou que a negociação de revisão do ECD em curso venha “a contribuir para tornar a profissão mais atrativa e mais valorizada”. A educação é um bem comum e depende de todos nós. Por isso, deixou a mensagem de “que esta convenção seja mais um passo seguro para a transformação da escola e da educação em Portugal”.







# ULTRAPASSAGENS

*na Carreira Docente*



Continua a persistir esta situação de **grande injustiça**, que há muito a FNE vem denunciando, e que importa resolver.





## **Abaixo-assinado com 4.269 assinaturas entregue ao MECI**

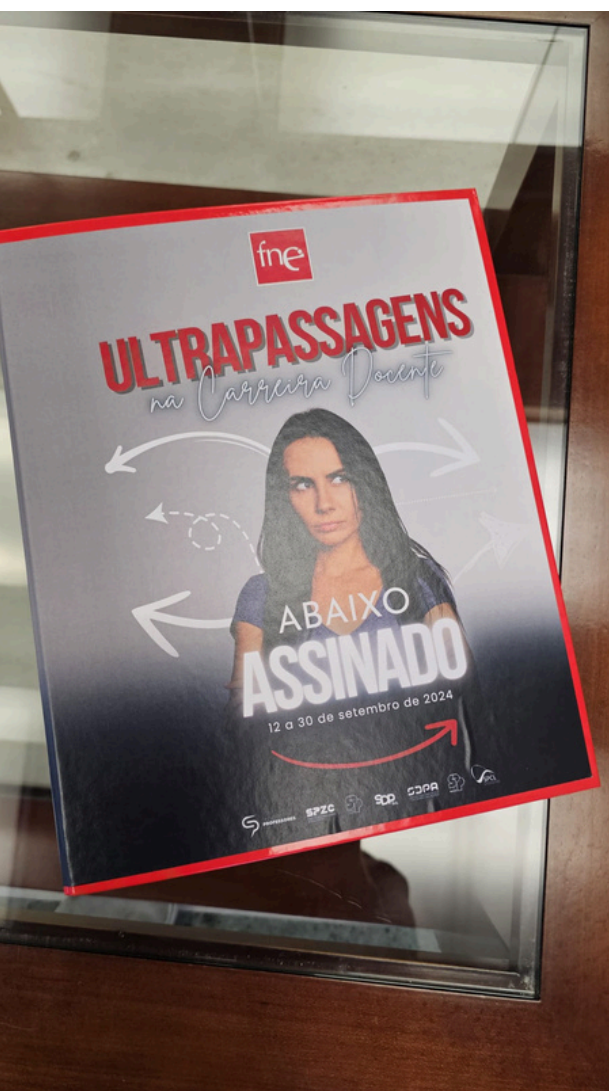
A FNE entregou no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) na manhã de 15 de outubro de 2024 um abaixo-assinado com mais de 4.269 assinaturas de professores/educadores que exigem a correção urgente das injustiças causadas por ultrapassagens na carreira docente.

O SG da FNE, Pedro Barreiros, no final da reunião com António Cunha, Adjunto Gabinete do MECI, que foi quem recebeu o documento em nome da tutela, sublinhou que "para além da entrega do documento tivemos ainda oportunidade de pedir que sejam feitas chegar ao Ministro da Educação as nossas propostas em sede negocial, por ocasião da negociação da recuperação do tempo de serviço", questões essas que segundo o SG da FNE passam por "equiparação do topo da car-

-reira docente ao topo de carreira técnica da administração pública; fatores de compensação para professores que não usufruíram nem beneficiaram ainda de qualquer medida de recuperação do tempo de serviço e também esta matéria específica das ultrapassagens que hoje, de uma forma mais vincada, quisemos dar nota aqui, em virtude daquilo que é um sentimento de injustiça, que é sentido por milhares de professores que, em cada transição de carreira que ocorreu desde 2005 até agora, verificaram que têm colegas nas escolas com menos tempo de serviço, com avaliação inferior ou igual posicionados em escalões superiores. Nada contra estes, que estão corretamente posicionados na carreira, mas importa resolver os problemas dos outros que foram prejudicados".



Nas palavras de Pedro Barreiros, "da parte do Ministério as nossas reivindicações foram atentamente ouvidas e atendendo à oportunidade que teremos a partir de 21 de outubro - no início da negociação da alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD) - olhar para esta questão por forma a enquadrá-la naquela que é uma alteração do próximo ECD e fazendo também garantir que não voltem a ser criadas novas situações de injustiças que já vêm do passado, não vêm deste governo, mas que ao olharmos para o que tem vindo a ser dito pelo atual Ministro da Educação, em relação à valorização da carreira e do papel dos docentes, importa que este problema seja analisado de forma muito atenta para que possa ser resolvido o mais urgentemente possível e à semelhança do que foi o acordo celebrado entre FNE e MECI a 21 de maio, seja mais um instrumento que devolva a tranquilidade, a paz e o sentimento de justiça a todos os professores, que dão o melhor de si às escolas e aos alunos".





## Realização da 1.<sup>a</sup> reunião para a revisão do ECD

**Pedro Barreiros, SG da FNE, fez o resumo da primeira reunião negocial com o MECI para a revisão do ECD, que decorreu na manhã de 21 de outubro de 2024. A reunião serviu para discussão do Protocolo Negocial, nomeadamente os temas a discutir na negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente e calendarização das reuniões negociais de revisão do Estatuto de Carreira Docente.**

A apresentação do calendário negocial para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) foi o primeiro passo deste encontro em que segundo o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros "a FNE fez garantir junto da tutela que qualquer alteração estatutária, com a implicação que tem, não leve a erros do passado. Entre 2007 e 2010 foram realizadas três alterações que foram prejudiciais aos professores".

O Secretário-Geral da FNE sublinhou a necessidade de "o Ministério garantir que as alterações agora procuradas não levem a novas perdas de tempo de serviço, nem a ultrapassagens na carreira.

Depois garantir, no seguimento do que foi o processo negocial que levou ao acordo assinado a 21 de maio de recuperação do tempo de serviço e em que transmitimos à tutela três coisas que é necessário agora cumprir: em primeiro, reequiparação da carreira docente aos quadros técnicos superiores da Administração Pública; em segundo, mecanismos de compensação para os professores que não foram abrangidos pela recuperação do tempo de serviço e terceiro aproveitar este momento para corrigir a situação das ultrapassagens na carreira. Tudo isto já foi dito em sede negocial e lembrado hoje".



Quanto a este processo negocial hoje apresentado, a FNE manifestou algumas preocupações "ao nível do calendário. Por um lado, há vontade de ter uma negociação rápida, com ganhos efetivos e que tenha efeito já no próximo Orçamento de Estado (OE), mas por outro lado o calendário hoje apresentado, que traz a vantagem de haver mais tempo para negociar e apresentarmos contrapropostas, traz a desvantagem dos efeitos práticos destas alterações apenas produzirem efeitos em 2027/2028, podendo provocar, dado o número elevado de professores que se irão aposentar não verem, em tempo útil, o efeito de medidas que compensem as perdas que tiveram, pelo que consideramos que, independentemente do processo negocial da alteração ao ECD, devem ser previstos outros mecanismos que visem dar resposta às injustiças verificadas. Este é um diploma de elevada importância e complexidade, com interações entre diversas matérias e a proposta que nos foi apresentada de divisão em três módulos na negociação, numa primeira análise, parece-nos insuficiente para poder ser dada uma resposta construtiva".

Quanto à possibilidade da alteração do ECD passar a ser uma Lei em vez de um Decreto-Lei (DL), a FNE afirma que "a esse nível não vemos vantagem, primeiro numa leitura meramente jurídica tal não nos parece possível, mas sendo algo negociado obrigatoriamente com os parceiros sociais podíamos cair quase no absurdo de chegar a um acordo de alteração do estatuto da carreira docente e depois chegar à Assembleia da República e esta ser desvirtuada ou alterada de tal modo que no final não respeitaria o acordado no processo negocial. A este nível o MECI deve refletir e fazer com que o próximo ECD deva continuar a ser um DL porque é ao Governo e Parceiros Sociais que cabe a responsabilidade de encontrar a melhor solução e construir o melhor ECD".

A próxima reunião negocial para esta matéria está agendada para 12 de dezembro de 2024.

**[Consulte aqui o documento com as propostas de estrutura de negociação do MECI para a revisão do ECD](#)**





## Conclusões da 2ª reunião de acompanhamento da recuperação do tempo de serviço

**Paulo Fernandes, SG Adjunto da FNE, falou das conclusões da segunda reunião de acompanhamento da recuperação do tempo de serviço, e com uma nota relativa às questões colocadas pela FNE à DGAE relativas a este tema.**

Após a reunião da manhã de 21 de outubro de 2024 sobre a revisão do ECD realizou-se também no Centro de Caparide, na parte da tarde, a segunda reunião da Comissão de Acompanhamento da aplicação do Decreto-Lei n.º 48-B/2024, de 25 de julho.

Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE e Paulo Fernandes, Secretário-Geral Adjunto, representaram a FNE neste encontro.

Paulo Fernandes apresentou no final as conclusões que permitiram o esclarecimento de algumas questões que a FNE tinha colocado: "Relativamente à questão dos 365 ao abrigo do DL n.º74/2023, tentámos clarificar essa matéria, mas ainda vai para análise por parte da DGAE", sendo que a FNE alertou para o tema do cumprimento dos requisitos de formação em que "apelámos para que haja a possibilidade de mobilizar formação, mesmo a que não está compreendida no período excepcional que é os docentes cobrirem só até 1 de julho de 2025.



É uma questão que a DGAE registou e que esperamos que o governo leve em consideração face à dificuldade que os professores terão de cumprimento desse requisito pois vai obrigar os professores a fazer horas e horas de trabalho e não têm essa possibilidade nos seus horários de trabalho".

Foi ainda solicitado pela FNE ao Ministério que "coloque, quer através de FAQ's, quer através de notas informativas informação consolidada para que as escolas possam utilizar procedimentos uniformes e por isso estamos a aguardar algo sobre isso".

Nesta reunião foi dada uma novidade aos sindicatos "de que haverá uma plataforma única, de nome Educação que vai agregar informação de várias plataformas e que tornará mais fácil os professores conhecerem a sua situação em carreira e validar os dados", afirmou o dirigente da

FNE que acrescentou ainda como nota final relativamente a questões enviadas pela FNE à DGAE que "nós tínhamos algumas respostas da DGAE que foram contestadas no seu entendimento, porque achamos que em algumas delas contrariavam o que era a sua doutrina , nomeadamente na matéria dos docentes em situação de reposicionamento. A nossa posição aqui apresentada hoje vai servir, entendemos nós, para a DGAE afinar a sua própria posição. Acolheram, perceberam e queremos acreditar que as respostas futuras virão ao encontro do que a FNE considera mais justo e equitativo. Falamos por exemplo dos docentes de posicionamento, mas também dos que beneficiaram do tal acelerador e que têm a questão dos 365 serem ignorados ou descontados à partida ou serem contabilizados e deduzidos a partir de 1 de setembro de 2024".





## **Habilitação profissional e formação de professores - Reunião entre FNE e MECI "com avanços pouco significativos"**

Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, à saída da segunda reunião negocial sobre o regime jurídico da habilitação profissional e da formação contínua de professores entre FNE e Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) em 3 de outubro de 2024, começou por afirmar que "em relação à última reunião, foram dados passos pouco significativos, as alterações que nos foram apresentadas foram diminutas. De qualquer forma foi-nos assegurado que nos próximos dias iremos receber uma proposta final para darmos o nosso parecer por escrito e aí daremos a nossa resposta final".

Para a FNE há questões muito importantes "que não nos deixam muito tranquilos à saída desta reunião. Estamos a falar de ampliar a formação inicial de professores para dar resposta ao problema grave da falta de docentes nas escolas e temos dificuldade em saber na prática os seus resultados.



Por isso continuamos com dúvidas que colocámos e não nos foram esclarecidas e que tem a ver com: para haver mais formação de professores é necessário que existam professores disponíveis a ser cooperantes e vemos com bons olhos que estes professores sejam recompensados com suplemento remuneratório ou com redução de carga letiva. Na última reunião questionámos qual o valor desse suplemento e qual a redução da carga letiva. E hoje continuamos sem respostas, pois segundo o que a tutela nos transmitiu, pelo facto de estar ainda a ser negociado o Orçamento do Estado para 2025 (OE25), não é possível assumirem valores. Ora a medida é positiva, mas não sabemos o impacto".

Manuel Teodósio acrescentou ainda que "nós, FNE, entendemos que a redução de horário deve ser de 4 horas para cada professor cooperante e para cada formando que esteja a acompanhar. O mesmo acontece também para os alunos que estão a fazer formação para vir a ser professores, que já lhes é atribuída uma bolsa, mas também não foi quantificado o valor da bolsa, precisamente sendo invocadas as mesmas razões do OE25. A FNE manifestou o seu descontentamento por ser através de uma bolsa e não de um contrato de trabalho que lhe permitiria ver o tempo contabilizado no futuro tanto para concurso, para a carreira ou então para a aposentação".

A FNE deixou ainda nota de que "quanto à possibilidade que era dada ao professor cooperante de optar entre um suplemento remuneratório e uma redução de horário que na versão inicial deixava a responsabilidade final decisória às escolas, a FNE propôs que essa decisão seja em primeiro lugar do professor e ficamos com essa alteração em compromisso", sendo ainda assumido que "em princípio vamos ter de aguardar pelo fim da negociação do OE25 para tudo isto poder ser colocado em documento".

O Vice-Secretário-Geral da FNE ressaltou ainda que "foi assumido um compromisso de que iremos para negociações nos próximos meses sobre temas como a mobilidade por doença, o Estatuto da Carreira Docente, a questão da autonomia e gestão das escolas, que são documentos extremamente importantes e neste aspeto ficamos satisfeitos pela abertura negocial destes diplomas".







# +Alegria + Esperança

Dia Mundial do Professor

Que as nossas escolas sejam espaços onde todos se sintam valorizados, respeitados e com todas as condições para poderem exercer, com dignidade, o seu trabalho. Que a **Esperança** seja acompanhada pela **Alegria**, inspirando-nos a superar desafios e a alcançar o justo reconhecimento da profissão docente.



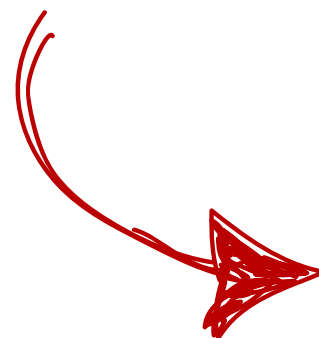






## Mensagens dos Presidentes dos Sindicatos de docentes da FNE

O Dia Mundial do Professor é mais uma oportunidade para relembrar o Governo de que cortar no orçamento para a educação não é o caminho adequado. É necessário, pelo contrário, investimento para se alcançar uma educação de qualidade e foi isso que os presidentes dos sete sindicatos de professores da FNE fizeram com mensagens em vídeos partilhadas nas redes sociais, transmitindo não só esta, mas também outras mensagens de valorização da profissão.















**DIA** 5 outubro  
**MUNDIAL DO**  
**PROFESSOR**  
PORTUGAL





## Inquérito a identificar as prioridades educativas

Outra das iniciativas levadas a cabo pela FNE no âmbito do DMP foi o envio de uma mensagem dirigida ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, acompanhada dos resultados obtidos no inquérito online levado a cabo junto dos docentes, com a identificação das cinco prioridades consideradas como de mais urgente resolução.

### Notícia no site:

<https://fne.pt/pt/noticias/go/acaosindical-envie-esta-mensagem-ao-ministro-da-educacao>

## Comemorar com +Esperança e +Alegria o Dia Mundial do Professor

Associado à identificação das prioridades educativas que devem ser consideradas como as de maior urgente resolução, a FNE promoveu a campanha "+Esperança +Alegria", personagens que pretendem trabalhar para que as nossas escolas sejam espaços onde todos se sintam valorizados, respeitados e com todas as condições para poderem exercer, com dignidade, o seu trabalho.

Que a Esperança seja acompanhada pela Alegria, inspirando-nos a superar desafios e a alcançar o justo reconhecimento da profissão docente.







WWW.FNE.PT

# Investir NA EDUCAÇÃO Garantir O FUTURO

**VALORIZAR A EDUCAÇÃO E  
TODOS OS SEUS PROFISSIONAIS  
NO ORÇAMENTO DO ESTADO 2025**



## Ação "Investir na Educação - Garantir o futuro"

O Dia Mundial do Professor foi mais uma data escolhida para marcar o reforço da ação "Investir na Educação - Garantir o futuro", ligada às propostas da Federação Nacional da Educação (FNE) para o Orçamento do Estado 2025.

Para a FNE, os últimos Orçamentos do Estado não corresponderam à necessidade de priorizar investimentos na área da Educação, não permitindo assim inverter o ciclo de desvalorização deste setor e dos seus profissionais.

Por isso, a Federação avançou com este documento que tem o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para o encontro de soluções e a resolução dos problemas que a Educação enfrenta, com a FNE a propor neste documento um conjunto de medidas indispensáveis para o Orçamento do Estado 2025, visando a valorização da Educação e dos seus profissionais.

Consulte aqui  
o documento







## SPZN Viana do Castelo recebeu celebrações do DMP

Em mais um dia marcante para os docentes, o SPZN reforçou a importância do papel dos professores na sociedade com uma concentração de dirigentes sindicais e de professores na Praça da República, em Viana do Castelo, a que se seguiu o descerramento de uma placa de homenagem e reconhecimento de todo o trabalho e dedicação aos alunos, por parte daqueles que são os construtores do futuro: os professores.

Rosa Máximo, Presidente da Distrital de Viana do Castelo do SPZN, foi a anfitriã deste evento em que Pedro Barreiros, Presidente do SPZN, dirigiu palavras sobre o dia e sobre a homenagem aos docentes, recordando que "é preciso +Esperança e +Alegria para se superar os desafios e alcançar os objetivos e justo reconhecimento da profissão docente". Nota ainda para a presença de Manuel Vitorino, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Após a cerimónia na Praça da República seguiu-se a visita a Museus da Cidade, com paragem depois na igreja de S. Domingos para assistir a uma Missa dedicada aos Professores. Este dia de comemoração encerrou com uma matiné no Teatro Sá de Miranda, onde foram ouvidas músicas tocadas e cantadas por professores e dirigentes do SPZN.









## SDPA - Campanha "Cada Gota Contém Amor"

O Dia Mundial do Professor foi assinalado na R.A. dos Açores com a Campanha "Cada Gota Contém Amor" – doação voluntária de sangue. Estiveram presentes na atividade catalogada pelo sindicato como "um gesto de altruísmo e de solidariedade para com o próximo", elementos da Direção do SDPA nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.



## SDPM - Concerto com Vânia Fernandes e Paulo Silva

Já na Madeira o Dia Mundial do Professor (DMP) foi assinalado com um concerto gratuito com Vânia Fernandes e Paulo Silva, que teve lugar no Auditório da Escola Dr. Horácio Bento de Gouveia.



Estas foram as principais iniciativas que a FNE e os seus sindicatos levaram a cabo nas celebrações do DMP de 2024.

A FNE não vai desistir de procurar construir um futuro melhor e que valorize os docentes. E será junto com os professores que o iremos fazer.

WEBINÁRIO

17 OUTUBRO 2024

18h00-19h30



AFIET



www.fne.pt



NÃO SEJA UMA VÍTIMA!

SEJA MAIS ESPERTO  
DO QUE UM HACKER!

Orador



Luís Borges Gouveia

Professor Catedrático da  
Universidade Fernando Pessoa

Moderador



Pedro Brandão

Secretário Nacional  
Avogado da FNE

Mês Europeu da Cibersegurança



# Webinário sobre cibersegurança - Identificar ameaças e vulnerabilidades minimiza riscos

A FNE e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) organizaram o webinário "Não seja uma vítima - Seja mais esperto do que um hacker", que promoveu os conhecimentos e ferramentas de que necessitamos para nos protegermos dos cibercriminosos e aumentarmos a literacia sobre o tema da cibersegurança.

O webinário serviu também como alerta para o mundo da Engenharia Social, onde são utilizadas táticas de manipulação inteligentes, que violam as defesas de segurança do utilizador.

Esta iniciativa contou com o Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa, Luís Borges Gouveia como orador convidado, para uma conversa moderada por Pedro Brandão, Secretário-Nacional Avocado da FNE, e esteve englobada no Mês Europeu da Cibersegurança, que se celebra anualmente durante o mês de outubro.

O objetivo desta data é sensibilizar para as ameaças à segurança digital, promover a mesma entre os cidadãos e as organizações, fornecendo-lhes, através da educação e da partilha de boas práticas, informações sobre a forma de se protegerem em linha.

Luís Borges Gouveia, conhecido e reconhecido académico e Auditor de Defesa Nacional desde 2007, trouxe inicialmente a apresentação de conceitos e práticas de cibersegurança nas atividades do dia-a-dia e a definição daquele que é o "peão" principal na quebra da segurança online: o hacker.

O orador deixou explícito que nem sempre esse "pirata informático" pode ter má intenção, visto na sua génese o hacker ser "uma pessoa que se dedica de forma apaixonada e intensa a solucionar problemas e criar soluções que envolvem a tecnologia, computação e informática". Mas as mudanças sociais e as oportunidades acabaram por mudar a "ideia de missão" e "mostrar que nenhum de nós está isento de poder ser apanhado".

Para este Professor Catedrático "o mundo digital coloca-nos a todos como alvos destes hackers, a nossa identidade está sempre exposta e são precisas cada vez mais ferramentas para proteger os nossos dados e ativos digitais". E o mundo da educação e das escolas não escapa a estes perigos. Para Luís Borges Gouveia "no caso das escolas e dos professores deve existir proteção redobrada por toda a informação que partilham, ao nível dos dados pessoais dos alunos, das notas, dos exames".

Quanto aos maiores perigos identificados no dia-a-dia, o Phishing destaca-se de todos os outros, pois é neste momento aquele que mais facilmente ataca as pessoas. Por isso é necessário um incremento na educação de cibersegurança, identificando as ameaças e as vulnerabilidades, de forma que se minimizem riscos e se evitem burlas por mbway ou whatsapp, hoje tão em voga.

Na verdade, é por vezes fácil apanhar cidadãos desprevenidos, percebendo ainda os desafios que a Inteligência Artificial já começa a trazer e que já provoca, em vários graus de ensino, procedimentos mais cautelosos nos processos pedagógicos e de avaliação.

Antes do encerramento deste webinar ainda se seguiu um período de debate e resposta a questões colocadas pelas cerca de duas centenas de participantes, que acompanharam mais esta ação online da FNE/AFIET.





# Seminário

19 Outubro 2024 | 09h00 - 13h00  
Hotel D. Luís - Coimbra



# A Educação Inclusiva

da legislação à realidade:  
conquistas e desafios



ORADORA



**MADALENA  
BAPTISTA**  
ESE Coimbra

Este seminário é passível de ser reconhecido e certificado pela FNE como ação de curta duração de três horas



# **Madalena Baptista em seminário FNE/AFIET em Coimbra: "A Educação inclusiva é uma questão de direitos humanos"**

A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) realizaram um seminário sobre "A Educação Inclusiva - da legislação à realidade: conquistas e desafios", em que divulgaram os resultados da II Consulta Nacional da Educação Inclusiva, ocorrida entre os dias 13 e 31 de maio do corrente ano, em que participaram mais de 1.200 professores, educadores e diretores escolares.

O seminário decorreu em 19 de outubro de 2024, entre as 9 e as 13 horas, no Hotel D. Luís, em Coimbra, e teve como principal objetivo analisar e avaliar o verdadeiro impacto do Decreto-lei nº. 54/2018, de 6 de julho (Lei da Escola Inclusiva), com as alterações introduzidas pela Lei nº. 116/2019, de 13 de setembro, ao longo dos últimos seis anos, na vida dos docentes, na aprendizagem dos alunos e nas comunidades educativas.





Manuel Teodósio, Presidente do SPZC, e João Dias da Silva, Presidente da AFJET, abriram a sessão, seguindo-se uma breve introdução de Fátima Carvalho, moderadora do debate e coordenadora do Grupo de Trabalho da FNE de Educação Inclusiva, que passou a fazer uma apresentação da Professora Doutora Madalena Baptista (ESE Coimbra), oradora convidada do evento, com uma comunicação sobre “Os Desafios da Educação Inclusiva”.



A sua comunicação teve como pano de fundo os testemunhos de dois docentes: Fernando Marques e Sónia Costa. A oradora convidada definiu dois princípios básicos: primeiro, que uma escola inclusiva é por definição uma escola de qualidade; segundo, que a inclusão vai além de simplesmente integrar alunos com deficiência nas salas de aula regulares. No seu entendimento, a inclusão deve ser entendida como um processo que envolve a adaptação das escolas e do sistema educativo para atender à diversidade de todos os alunos.



## Sob o signo de Mel Ainscow

Tendo por base as posições de Mel (vin) Ainscow, a oradora da ESE – Coimbra sublinhou que as escolas necessitam desenvolver uma cultura inclusiva, que envolva não apenas a adaptação do currículo, mas também o apoio a professores e a colaboração com a comunidade. Por seu lado, a colaboração e o trabalho em equipa entre profissionais da educação, para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, é essencial. A inclusão deve promover um sentido de pertença e valorizar as contribuições de todos.

A formação contínua dos educadores e professores é fundamental para a implementação da educação inclusiva. Os professores precisam de suporte e formação para desenvolver competências que lhes permitam atender a uma ampla gama de necessidades específicas.

É ainda essencial monitorar e avaliar constantemente as práticas inclusivas nas escolas, para que possam ser ajustadas e melhoradas.

Isso inclui a recolha de dados sobre a eficácia das abordagens inclusivas e a promoção de uma cultura de reflexão e aprendizagem entre os educadores. Por fim, as famílias e a comunidade devem estar juntas e unidas na promoção da inclusão.

Madalena Baptista frisou que **“a educação inclusiva é muito mais do que uma questão de políticas educativas. Ela é sim uma questão de direitos humanos”** e cada criança merece a oportunidade de aprender, socializar e crescer num ambiente que respeita e valoriza a diversidade.

De acordo com a investigação, a educação inclusiva não beneficia apenas alunos com deficiência, ou alunos com medidas seletivas ou adicionais, mas sim **todos os alunos**. A interação num ambiente diversificado promove empatia, compreensão e respeito pelas diferenças, preparando os alunos para viver e trabalhar numa sociedade plural.





Deste modo, os resultados positivos da educação inclusiva justificam os esforços significativos para que as escolas operacionalizem os princípios da inclusão. No fundo, buscar um provérbio africano, que diz que “Quando as teias de aranha se juntam, elas podem amarrar um leão”.

Madalena Baptista lembra que Portugal tem legislação e políticas públicas, com um aumento nas práticas pedagógicas inclusivas nas escolas. No entanto, a implementação dessas práticas varia significativamente entre diferentes regiões e escolas **sendo ainda muitos os desafios**. A oradora repescou as palavras do docente Fernando Marques, segundo as quais “há uma concordância com os princípios, mas uma insatisfação com as práticas organizacionais”.

Aquele docente evoca quatro desafinações/desarmonias principais na escola inclusiva em Portugal: o desafio da flexibilidade curricular (muito dependente de um modelo central), a persistência das aulas de apoio como uma resposta educativa privilegiada, um modelo de organização neoTaylorista (para ele “a caixa negra da escola”) e a carência de pessoas com uma sólida formação inicial.

Numa perspetiva global acabamos por cair em quatro desafios comuns: recursos limitados, adaptações curriculares, a colaboração entre profissionais e a necessidade de um forte incentivo a uma formação inicial e contínua transformadora. Esta formação deve centrar-se na educação inclusiva, na diversidade e diferenciação e no desenvolvimento da empatia e sensibilidade cultural. Deve conter estratégias de ensino e aprendizagem, capítulos sobre perturbação e deficiências e uma comunicação aumentativa e alternativa, para atender alunos com dificuldades comunicacionais.

A formação também deve concentrar-se no trabalho em equipa e na interdisciplinaridade, na gestão da sala de aula e em métodos de avaliação que considerem as diversas formas de aprendizagem e progresso dos alunos, utilizando abordagens formativas adaptadas às necessidades de cada um. Gerir uma sala de aula inclusiva é, sem sombra de dúvidas, um processo dinâmico e desafiante, que exige flexibilidade, criatividade e colaboração.





## Otimistas, mas não utópicos

Madalena Baptista citou de seguida alguns comentários de Sónia Costa, docente na ESE-Coimbra, sobre a escola inclusiva. No capítulo da gestão flexível do currículo, Sónia Costa realça que a aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e a implementação de planos de inovação são exemplos de possibilidades de desenvolver a autonomia das escolas, fazendo-as gozar de uma maior flexibilidade curricular.

Nesta tarefa, ressalva Sónia Costa, a meta ainda não foi alcançada, mas “estamos a construir um caminho no sentido de o currículo **não ser unidirecional**, mas adaptável, flexível, contextualizado e ajustado às necessidades de cada aluno”. Assim, nas aulas e sessões de apoio é importante que o foco do professor não se centre no relatório que deve apresentar ao fim de um determinado período de tempo, mas no aluno em si mesmo, encarando-o, num primeiro momento, como um ser humano e, num segundo, como um ser aprendiz.

A articulação entre disciplinas e o trabalho colaborativo é fundamental, uma vez que a interdisciplinaridade permite uma abordagem holística da aprendizagem e a contextualização pragmática dos conhecimentos. Por outro lado, o trabalho colaborativo entre os professores aumenta o envolvimento dos próprios docentes e dos alunos, tornando o processo de ensino e aprendizagem muito mais **dinâmico e participativo**.

No final da sua apresentação, Madalena Baptista acentuou que tanto o pensamento de Fernando Marques como o de Sónia Costa relembram árduos desafios a travar, mas sempre com mensagens de esperança e força para o futuro da escola inclusiva em Portugal. Ambos se consideram docentes otimistas, mas não utópicos. A oradora deste seminário finalizou realçando que defende a utilização do termo “deficiência”, em que não vislumbra qualquer traço ou atitude “de uma carga pejorativa”.



## Urgente rever o 54/2018

Ana Maria Barros (SPZN) e José Carlos Lopes (SPZC), do Grupo de Trabalho da FNE da Educação Inclusiva, apresentaram de seguida os resultados da II Consulta Nacional da FNE de Educação Inclusiva. A primeira apresentou os resultados do questionário aos educadores e professores (com 986 respostas válidas), o segundo os resultados do questionário às direções das escolas (36 respondentes).

As conclusões retiradas apontam para o facto de que a educação inclusiva não se possa decretar através de um diploma, nem com uma burocracia crescente (54% dos inquiridos defendem a diminuição da carga burocrática do diploma). Os respondentes referiram a falta de recursos como o maior entrave à educação inclusiva, embora muito se faça nas escolas com o pouco que se tem.

Para os respondentes da consulta, o diploma é idealmente bem concebido, mas na prática não é possível implementar o que preconiza, uma vez que são inexistentes os **recursos humanos, as horas e o trabalho colaborativo** necessários que atendam às necessidades de cada aluno – 66,6% refere que o número de alunos por turma condiciona a aplicação do diploma. Algumas das respostas abertas foram mesmo no sentido de que o DL 54/2018 melhorou consideravelmente **o sucesso, mas não as aprendizagens**.

Tendo em conta as respostas obtidas, a FNE/AFIET concluem que as alterações já apresentadas no DL 54/2018 e na Lei nº. 116/2019 são ainda insuficientes para criar verdadeiros mecanismos de inclusão nas escolas. Daí, haver uma grande evolução a fazer no que respeita à valorização da diversidade e promoção da equidade e valores inclusivos nas escolas em Portugal.



As recomendações da FNE/AFIET vão igualmente na direção de uma reorganização dos Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) em cada agrupamento, de aumentar as horas de redução da componente letiva dos docentes para dar resposta às solicitações da EMAEI e do aumento significativo do crédito horário das escolas.

Numa urgente revisão do DL 54/2018, a FNE/AFIET recomendam a integração do trabalho realizado no âmbito das equipas multidisciplinares na componente letiva do horário dos professores, a implementação de medidas alternativas que assegurem uma intervenção de qualidade das parcerias (nomeadamente da equipa de saúde escolar), um maior investimento no apoio especializado e um maior provimento professores de educação especial, de técnicos especializados, de assistentes operacionais e de psicólogos, além de uma adequada operacionalização do protocolo com o Centro de Recursos para a Inclusão.

Os resultados da II Consulta Nacional Educação Inclusiva levam também a FNE/AFIET a recomendar um reajustamento entre a idade dos docentes e as tarefas requeridas nas unidades de multideficiência, a clarificação do conceito e modo de funcionamento dos CAA, o reconhecimento devido no corpo do texto da Lei do papel dos docentes de educação especial e a dotação necessária das escolas de condições físicas, materiais e humanas para a implementação dos Planos Individuais de Transição.

A FNE/AFIET sublinham ainda a urgente dotação abrangente de uma rede de creches e de pré-escolar com as devidas equipas multidisciplinares, capazes de proceder à sinalização precoce das dificuldades de aprendizagem e das suas causas e a necessidade de acrescentar referências específicas aos alunos com necessidades educativas especiais, assumindo-se as diferenças, ao invés de as ignorar ou normalizar.

A FNE/AFIET defendem igualmente a devida articulação entre o DL 54/2018 e o Guia para Aplicação de Adaptações na Realização de Provas e Exames, emitido pelo Júri Nacional de Exames, e um estreitamento de relações entre os estabelecimentos gerais e os estabelecimentos especializados. De um modo global, mais investimento, mais recursos humanos e materiais, menos trabalho burocrático e uma melhor formação inicial e contínua são imperativos para um aprofundamento da escola inclusiva em Portugal. Daí a urgente revisão do Decreto-lei 54/2018.

Seguiu-se uma sessão de debate, com perguntas colocadas pelos participantes. Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, encerrou a sessão, sublinhando, nas suas palavras finais que “saímos todos daqui com o desafio que é fazer mais, e é isso mesmo o que iremos fazer”. Este seminário poderá ser reconhecido e certificado como uma ação de curta duração de três horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio.





## Historial da inclusão

O Decreto-Lei 54/2018 introduziu profundas alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, ao longo da escolaridade obrigatória.

Em 2019, a FNE e a AFJET realizaram a I Consulta Nacional Escola Inclusiva, apresentando um conjunto de alterações àquele diploma.

Entre elas, a redução da sua carga burocrática, a clarificação das funções e o reforço do número de docentes de educação especial, ou dotar as escolas de condições materiais e humanas para a implementação dos Planos Individuais de Transição.

Os resultados da I Consulta Nacional da FNE/AFJET foram citados pela OCDE no relatório "Revisão da Escola Inclusiva em Portugal", de 2022.




# INQUÉRITO



## sobre algumas das dimensões da abertura do ano letivo de 2024/2025

*Direções dos agrupamentos e  
das escolas não agrupadas*

 23 a 28 de setembro de 2024

 [www.fne.pt](http://www.fne.pt)





# FNE divulga resultados da Consulta a Diretores Escolares

A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) promoveram, entre 23 e 28 de setembro de 2024, um inquérito para conhecer a opinião das direções dos agrupamentos e das escolas não agrupadas, sobre algumas das dimensões da abertura do ano letivo de 2024/2025, nomeadamente em relação às medidas anunciadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

De um universo de 798 agrupamentos e escolas não agrupadas, responderam 128 direções, o que representa 16,0% desse universo, o que se considera uma amostra bem representativa daquela população.

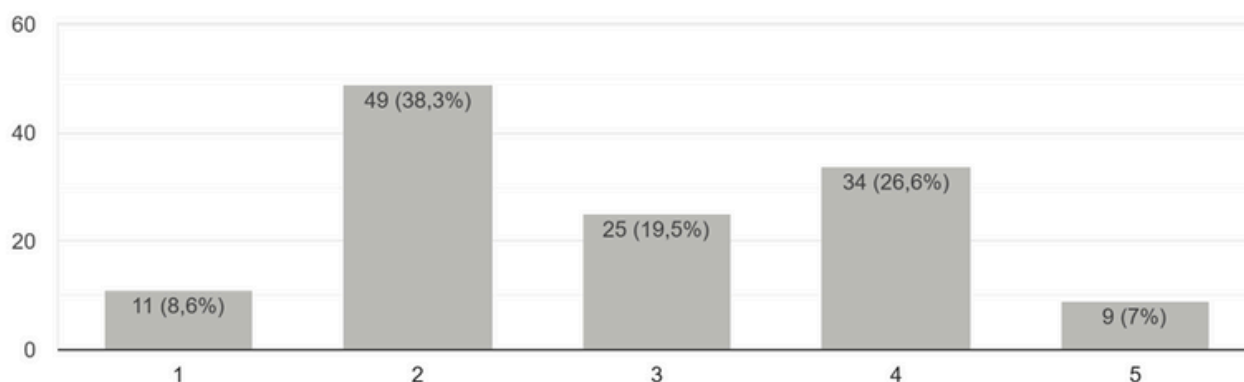
Numa apreciação global de problemas identificados pelos diretores neste momento de abertura do novo ano letivo podemos concluir que as direções participantes manifestam preocupações em relação à necessidade de se garantir a estabilidade corpo docente. A insuficiência de docentes e de pessoal de apoio educativo fazem parte dessa grande preocupação.

A burocracia e o tempo excessivo no acesso e preenchimento de plataformas surgem como a segunda grande preocupação dos diretores, ao lado dos efeitos negativos das ausências dos profissionais da educação por baixa médica.

Outros dos problemas realçados com 38,3% de respostas indica que a dotação do agrupamento em termos de Assistentes Operacionais é pouco adequada; (26,6%) responde que esta dotação é muito adequada sendo que a insuficiência de dotação em Assistentes Operacionais (pouco e nada adequada) é assinalada de uma forma expressiva, quer nas escolas do Norte Centro (45,7%), quer de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve (49,0%).

## 4 – Como avalia a situação de dotação do seu agrupamento em termos de Assistentes Operacionais?

128 respostas



## - PLANO +AULAS+SUCESO

50,0% das escolas participantes indicam que o Plano +Aulas+Sucesso lhes parece adequado, 25,0% consideram-no muito e extremamente adequado e em 40,6% das escolas houve necessidade de autorizar os docentes com redução de componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD a prestar trabalho extraordinário, também aqui na maior parte dos casos entre 1 a 5 docentes, mas que em 2,3% dos casos teve de ser superior a 11.

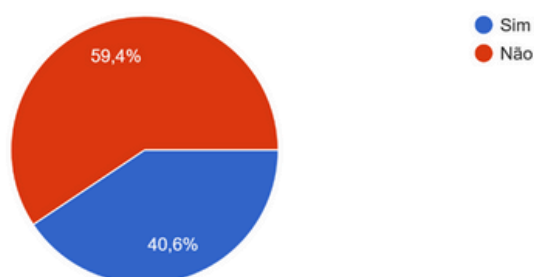
**9 - O plano + Aulas + Sucesso está assente em três eixos de intervenção, com o objetivo de reduzir em 90%, no final do 1.º período deste ano letivo, o número de alunos sem aulas desde setembro.**

**Qual é a sua opinião sobre o plano + Aulas + Sucesso?**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulativa
1 - Nada adequado	4	3,1	3,1	3,1
2 - Pouco Adequado	28	21,9	21,9	25,0
3 - Adequado	64	50,0	50,0	75,0
4 - Muito adequado	26	20,3	20,3	95,3
5 - Extremamente adequado	6	4,7	4,7	100,0
Total	128	100,0	100,0	

**12 - Teve de autorizar os docentes com redução de componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do ECD a prestar trabalho extraordinário?**

128 respostas



**13 - Em caso afirmativo, a quantos?**

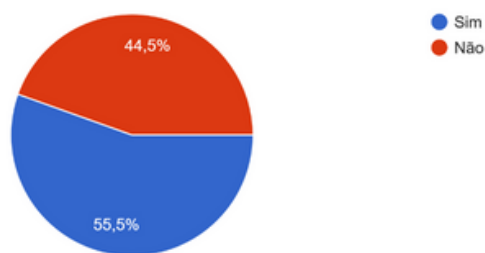
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem acumulativa
Sem resposta	78	60,9	60,9	60,9
1 - 5	38	29,7	29,7	90,6
11 e mais	3	2,3	2,3	93,0
6 - 10	9	7,0	7,0	100,0
Total	128	100,0	100,0	



A maioria das direções (55,5%) considera que estão reunidas condições para acelerar a contratação de escola para permitir a seleção de candidatos de forma mais célere, todos os dias da semana com 101 das escolas que responderam (79,0%) a considerarem que a medida de possibilitar a contratação de docentes aposentados, com a devida compensação, é nada ou pouco atrativa.

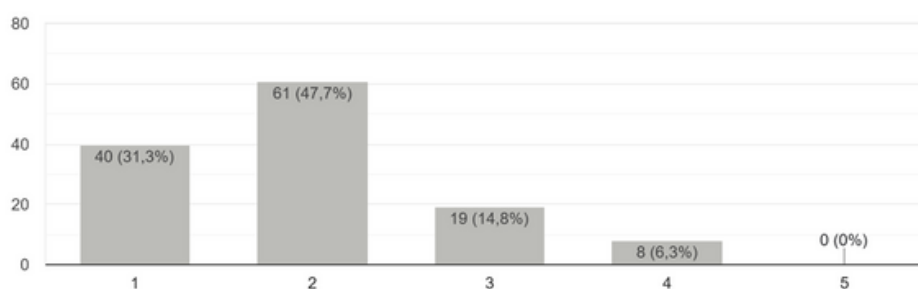
14 - Considera que estão reunidas condições para acelerar a contratação de escola para permitir a seleção de candidatos de forma mais célere, todos os dias da semana?

128 respostas



15 - Qual é a sua opinião sobre o previsível impacto da medida de possibilitar a contratação de docentes aposentados, com a devida compensação?

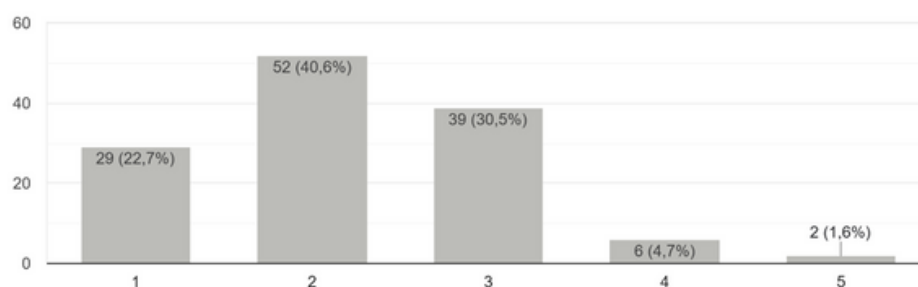
128 respostas



Também é maioritária (63,0%) a opinião de que criar um incentivo remuneratório para os docentes que atinjam a idade de aposentação e que queiram continuar a dar aulas é nada ou pouco atrativa.

16 - Qual é a sua opinião sobre o previsível impacto da medida que pretende criar um incentivo remuneratório para os docentes que atinjam a idade de aposentação e que queiram continuar a dar aulas?

128 respostas



## **- TELEMÓVEIS**

### **Adoção de medidas para o presente ano letivo em relação ao uso de telemóveis**

31 das escolas participantes declararam ter adotado procedimentos que limitam ou proíbem a utilização dos telemóveis, variando o âmbito conforme os ciclos de escolaridade, sendo mais comum tal política nos 1º e 2º ciclos.

Assim, pode-se concluir que a opção que está a ser tomada é a de seguir as recomendações que a tutela identificou.

É também frequente a afirmação de que a questão está em processo interno de análise, auscultação e planificação. Em 20 das escolas, a informação é de que ainda não foram adotados procedimentos, mas em alguns casos a questão está em apreciação.

## **- ALUNOS IMIGRANTES**

### **Maior problema em relação aos alunos imigrantes**

O problema que é mais referido é da insuficiência de meios/recursos para garantir uma oferta adequada do Português Língua Não Materna (PLNM), uma vez que os problemas de língua e de comunicação são idênticamente os mais assinalados.

### **Acesso aos recursos necessários para atender ao apoio de todos os alunos imigrantes**

São 77 (a maioria dos que participam neste inquérito) as escolas que indicam não disporem dos recursos necessários para atender ao apoio a todos os alunos imigrantes, embora 43 deem uma resposta afirmativa.

**[Consulte AQUI o Relatório final completo desta Consulta da FNE](#)**





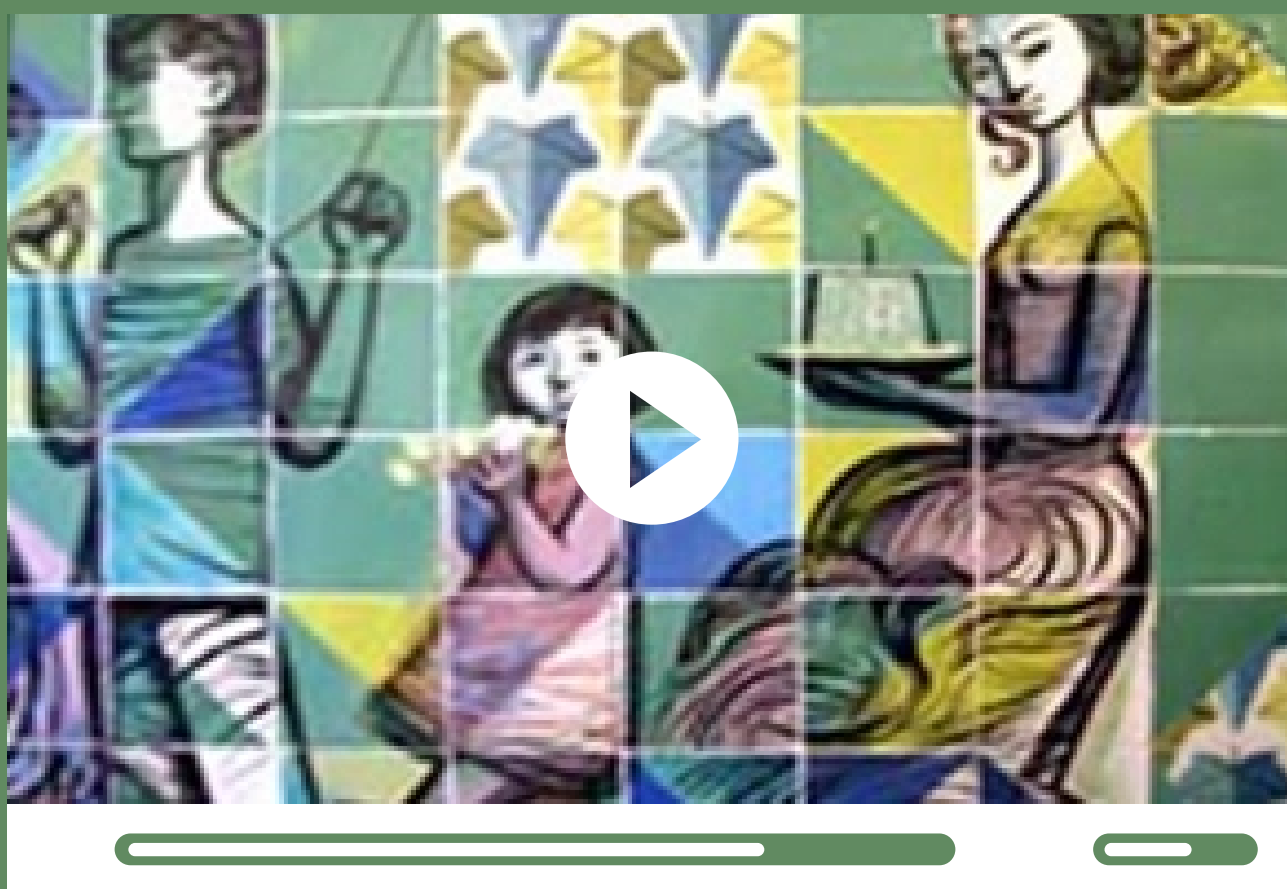
## **Teresa Soares em entrevista na Antena 2: "O EPE está em declínio"**

Em entrevista ao programa "Páginas de Português", da Antena 2, Teresa Soares, Presidente do Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) recordou que "infelizmente nos últimos anos este ensino tem dado muitas preocupações, porque é um ensino que está praticamente em extinção", acrescentando que "desde a tutela do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, em 2010-2011, que estamos em declínio porque no momento a nível mundial temos 311 professores, mas nem todos os horários estão preenchidos, porque a falta de professores já atingiu também o Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

O setor, devido à aplicação em 2013 da propina que rendeu cerca de 18 milhões ao Camões, mas esse dinheiro nunca foi aplicado no ensino que piorou, viu perder alunos que desistem porque o ensino tem pouca qualidade, juntando alunos do 1º ao 6º ano, sendo que agora estão a cometer o erro trágico de utilizarem o ensino a distância em locais onde há poucos alunos. Ora isto não é aceitável como por exemplo em Londres em que alunos do 1º ao 6º ano têm aula online juntos. Isto é desrespeitar os direitos dos portugueses nas comunidades".

Teresa Soares considera que "este ensino está destruído pelo Instituto Camões porque logo da sua primeira presidente, a Dra. Ana Paula Laborinho, ouvimos que 'este ensino não dá rendimento'. Ora não parece que os Ministros da Educação venham dizer que o ensino não dá rendimento, mas o Camões acha que sim, que devia dar e por isso destruiu o ensino na Europa para ter dinheiro para aplicar nas comunidade extra europeias e poder estender a essa comunidades um processo de certificação que é algo que qualquer instituto de línguas dá, mas o Camões faz esta 'venda' aos portugueses, a alunos enquadrados na escolaridade obrigatória".

Para mudar este quadro educativo, a dirigente do SPCL e da FNE afirma que "já vem tarde, mas era necessária uma mudança que incluísse o regresso do EPE à tutela do Ministério da Educação. Há vários mitos como o do desinteresse pela língua portuguesa. Não há é condições para o ensino de português".









## Quando o Diálogo e a Negociação Rimam com Recuperação

Muitos foram os anos que decorreram desde as primeiras conversações sobre a recuperação integral do tempo de serviço congelado. Muitas foram as reuniões e plenários sindicais, greves e manifestações. Muitos foram os ministros da educação que passaram e nada fizeram para devolver aos docentes o que era seu por direito. Pois durante esses períodos os docentes não deixaram de cumprir com os seus deveres.

É certo que TODOS quisemos a recuperação integral do tempo de serviço. Contudo a grande diferença é que nós, para além de querermos, também tudo fizemos para o concretizar, pois essa era a nossa agenda.

FIZEMOS HISTÓRIA – 21 de maio de 2024 fica na história como o dia em que a FNE conseguiu a recuperação integral do tempo de serviço, mas foi muito mais do que isso. 21 de maio foi o dia em que os docentes encontraram a paz necessária para se dedicarem em pleno à lecionação.

Hoje entramos nas escolas e podemos constatar que a grande generalidade dos docentes está muito satisfeita com o acordo celebrado. Sim, a GRANDE MAIORIA, até mesmo os colegas que pouco ou nada recuperaram por já estarem no 9º ou 10º escalão. Porém, estão solidários com os colegas que finalmente conseguem ter uma perspetiva de carreira para além do 4º ou do 5º escalão.



21 de Maio é a data que marcou o início de uma longa caminhada para os sindicatos da FNE no que respeita ao apoio a TODOS os docentes. Neste momento de tão grandes transformações na carreira são dias intermináveis de contas e mais contas, todas elas tão diferentes umas das outras. São choros, são sorrisos, são saltos de alegria, afinal o topo de carreira não é uma miragem.

Mas afinal conseguimos ou não a recuperação integral do tempo de serviço?

A resposta é SIM e NÃO.

SIM, conseguimos a recuperação integral do tempo de serviço congelado. NÃO, temos ainda o tempo de serviço perdido nas transições de carreiras que deu origem a ultrapassagens na carreira, mas que queremos também recuperar.

Os sindicatos da FNE jamais esquecerão os DOCENTES em todas as funções e qualidades, mas têm a consciência dos impossíveis, tanto é que Roma e Pavia não se fizeram num só dia.

Hoje, estamos a entrar numa nova ERA para a carreira docente. Se é verdade que até 1 de julho de 2027 vamos ter a recuperação integral do tempo de serviço, não nos podemos deixar “embebedar” com tal feito, pelo que já estamos a preparar o futuro da carreira docente.

Estamos comprometidos com TODOS os docentes na revisão do Estatuto da Carreira Docente, pelo que uma vez mais estamos junto de TODOS para lhes dar voz, que se refletirá na nossa proposta.

**Mário Jorge Silva**  
**O Coordenador do Departamento**  
**de Dinamização do SPZC**





## **São indispensáveis esforços persistentes e contínuos!**

A atualidade educativa em Portugal reflete um panorama futuro de desafios persistentes e lutas contínuas, centrados essencialmente na melhoria das condições de trabalho dos docentes e na qualidade do ensino público. O debate sindical tem sido marcado por uma preocupação crescente com a falta de investimento adequado no sistema educativo, algo que se traduz em dificuldades estruturais, desigualdades regionais e um ambiente de trabalho que, segundo os sindicatos, carece de condições dignas para os professores desempenharem plenamente as suas funções.

Vencidas recentemente algumas das reivindicações inscritas na agenda sindical, como a questão do descongelamento total do tempo de serviço para as progressões na carreira, importa recordar que nem tudo está plenamente resolvido.

Os professores querem que com as novas negociações no âmbito da alteração do Estatuto da Carreira Docente se reconheça de forma justa a importância do seu papel no seio das escolas e da sociedade portuguesa.

A valorização da profissão docente é, por consequência, uma das bandeiras principais do movimento sindical. Os sindicatos argumentam que, sem uma melhoria das condições laborais e um reconhecimento mais efetivo da importância do papel dos professores, será difícil combater o crescente desinteresse dos jovens em seguir uma carreira no ensino. A falta de candidatos aos cursos de formação inicial de professores é já uma realidade preocupante, e os sindicatos alertam para a necessidade urgente de reverter este cenário, sob pena de, no futuro próximo, não haver professores suficientes para dar resposta às necessidades do sistema educativo.



Mas também ainda não está resolvida a questão da sobrecarga de trabalho dos professores. O aumento do número de alunos por turma, que em algumas escolas ultrapassa os 30, cria uma pressão significativa sobre os docentes, dificultando o acompanhamento individualizado dos estudantes e a prestação de um ensino de qualidade. Os sindicatos sublinham que, apesar de várias promessas governamentais, a redução do número de alunos por turma ainda não foi devidamente concretizada de forma generalizada. Este problema agrava-se sobretudo nas escolas das áreas urbanas, onde a densidade populacional é maior.

Para além dos problemas estruturais e laborais, os sindicatos têm vindo a denunciar as crescentes disparidades regionais no acesso a uma educação de qualidade. As escolas das zonas rurais e do interior do país enfrentam desafios acrescidos, como a falta de recursos humanos e materiais.

Em muitas destas áreas, a dificuldade em fixar professores contribui para a rotatividade constante de docentes, o que impacta negativamente a continuidade pedagógica e o desempenho académico dos alunos. Os sindicatos defendem, por isso, medidas específicas para atrair e reter professores em zonas mais desfavorecidas, através de incentivos financeiros e de condições de trabalho mais atrativas.

Em suma, a atualidade educativa em Portugal apresenta um conjunto de desafios estruturais que requerem uma ação concertada por parte do governo e das várias entidades envolvidas. Os sindicatos continuam a desempenhar um papel ativo na defesa de melhores condições para os professores e na luta por um sistema educativo que garanta igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente da sua localização geográfica ou condição socioeconómica.

**Carla Monteiro**  
**Coordenadora da Delegação**  
**de Leiria do SPZC**



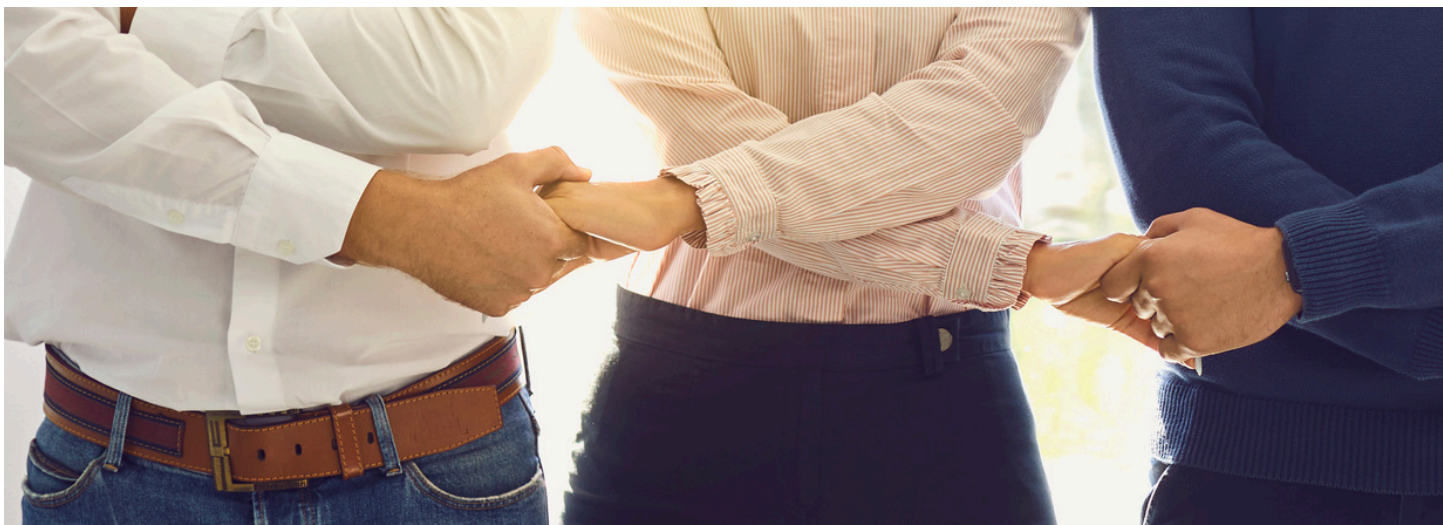


# A Importância dos Trabalhadores de Apoio Educativo nas Escolas

Quem desempenha as suas funções laborais na área da Educação tem responsabilidades acrescidas, pois lida diretamente com a Valor da Vida Humana. O STAEZN e a FNE estão sempre atentos às fragilidades pelas quais passam o Pessoal de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente), uma vez que como um dos pilares da Educação merecem o nosso apoio e atenção.

O Pessoal de Apoio Educativo também contribui para o sucesso escolar de cada criança/jovem.

Quanto melhor e mais eficaz for o corpo do pessoal não docente de um Estabelecimento de Educação e Ensino maior será a taxa do sucesso escolar. Um ambiente escolar salutar, com relações entre o pessoal docente e não docente que se caracterize pelo respeito mútuo transmite aos alunos confiança e segurança.





As questões que se colocam são: existe em todos os estabelecimentos de educação e ensino esse ambiente Escolar? Em todos os estabelecimentos de educação e ensino o Pessoal Não Docente é reconhecido e valorizado?

Pois bem, parece-nos e defendemos que urge retificar algumas lacunas na legislação, como por exemplo: a revisão da portaria dos rácios, e estabelecer processos ágeis de substituição dos trabalhadores, mesmo em caso de faltas prolongadas. Mas...urge com a maior brevidade possível definir conteúdos funcionais para estes Profissionais da Educação.

Um Trabalhador de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente) não pode ser aquele que limpa e organiza os espaços educativos, que acompanha os alunos no refeitório e no recreio, que ouve os problemas dos alunos, que acompanha os alunos com NEE ao longo do seu dia, que apoia na preparação e dinamização das diferentes atividades letivas dentro e fora da sala de aula, entre outras atividades, pois muito haveria para descrever sobre as funções que estes Profissionais desempenham nos diferentes espaços escolares, todos eles muitíssimo relevantes e de muito apreço.

O Trabalhador de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente) não pode ser «Pau para toda a colher». É, portanto, imperioso que se proceda à valorização destes Trabalhadores. Deverá haver uma aposta em dotar as Escolas com profissionais empenhados, incentivados e felizes. De que forma? Valorizando-os quer ao nível de carreira, quer ao nível remuneratório e profissionalizando-os com formação adequada.

Abrir negociações nesta matéria é urgente. Estes Profissionais deverão ser ouvidos e reconhecidos. Deverá ser valorizado o desgaste físico e emocional consequente de todos os Trabalhadores de Apoio Educativo (Pessoal Não Docente).

***Cristina Peixoto***  
***Presidente do STAAE-ZN***





## Projeto europeu *Après COVID*: FNE debate riscos psicossociais em Lisboa

Decorreu em Lisboa em 9 e 10 de outubro de 2024 a II Visita a escolas do projeto europeu “Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação na abordagem aos riscos psicossociais para uma recuperação equitativa e sustentável da crise da COVID-19 liderada pela educação”, também designado por “Projeto *Après Covid*”.

A FNE (Joaquim Santos) representa os sindicatos portugueses da educação no Grupo Consultivo deste Projeto, liderado pelo Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) em parceria com a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE). O CSEE é a Região Europa da Internacional da Educação (IE) que, por sua vez, representa os docentes e não docentes a nível global.

Da parte sindical, representam este projeto quatro organizações sindicais (**ACOD** – Bélgica/Comunidade flamenga, **ESTUS** – Eslovénia, **FNE** – Portugal e **MUT** – Malta) e outras tantas do lado dos empregadores, uma delas a CNEF - Confederação Nacional de Educação e Formação, de Portugal.

O primeiro caso de estudo decorreu em 22 e 23 de maio do corrente ano em Liubliana, Eslovénia, seguindo-se Lisboa, em 22 e 23 de janeiro de 2025 Malta, uma formação em 18 de março de 2025 em Bruxelas e por fim uma conferência final a realizar em 4 e 5 de junho na Bélgica.





***Chegada à ES Passos Manuel***



***Na ES Passos Manuel***

O Projeto *Après COVID* revisiona o longo impacto da COVID nos riscos psicossociais na educação, incluindo o debate sobre a saúde mental e o bem-estar no setor à luz das mudanças duradouras provocadas pela crise da pandemia nos ambientes educativos. Outro dos objetivos é o de explorar e desenvolver estratégias para mitigar aqueles efeitos, garantindo o bem-estar dos educadores e professores, pessoal de apoio educativo (PAE) e da comunidade educativa, em geral.

As crises sanitária, económica e social provocadas pela COVID-19 tiveram um impacto transformador sem precedentes nos sistemas educativos europeus, nas relações laborais e nas condições de trabalho na educação em toda a Europa.

As mudanças desencadeadas pela crise da COVID-19 contribuíram para reforçar os problemas existentes e impulsionaram o aparecimento de novos riscos profissionais, com os riscos psicossociais na profissão docente a surgirem como desafios urgentes.

Já no período pré-pandémico, os trabalhadores da educação estavam altamente expostos a riscos psicossociais devido a múltiplos fatores de stress, nomeadamente uma enorme sobrecarga de trabalho, horários de trabalho prolongados, a exposição a comportamentos violentos, bem como à própria natureza social e emocional da profissão.



***Espólio da Passos Manuel remonta a 1911***

No entanto, a COVID-19 amplificou fortemente os fatores de stress associados aos riscos psicológicos para os trabalhadores da educação. Não foi por acaso que a educação foi considerada como o setor com maiores exigências quantitativas e mais desgastantes do ponto de vista emocional pelo relatório “Viver e Trabalhar e COVID 19”, da Eurofound, em 2020.

Os riscos psicossociais podem causar graves danos nos contextos de trabalho e de aprendizagem no setor da educação. Os principais fatores de stress relacionados com o trabalho de professores, pessoal de apoio educativo e dirigentes escolares podem ter consequências psicológicas, físicas e sociais muito negativas, tais como o stress relacionado com o trabalho, o esgotamento, a depressão, a exaustão emocional, o elevado absentismo, problemas de sono ou sérias doenças e/ou sintomas cardiovasculares.



***ES Passos Manuel: uma escola pública com alunos de 47 nacionalidades***



## Melhorar o bem-estar ocupacional na educação

A tarde do dia 9 de outubro foi preenchida com uma visita de trabalho à Escola Secundária Passos Manuel, em Lisboa. Depois de uma saudação especial de João Paulo Leonardo, Diretor do respetivo agrupamento, Joaquim Santos e Rodrigo Queiroz e Melo (CNEF) apresentaram o sistema educativo português, ao que seguiu um tour pelas instalações daquela escola. A equipa multimédia do projeto entrevistou individual e informalmente o diretor e uma professora de educação física, envolvendo também o período disruptivo da pandemia.

Já numa sala de aula da Secundária Passos Manuel, a lituana Aleksandra Morozovaitė, investigadora do projeto da Visionary Analytics, questionou aqueles mesmos dois docentes, ao que se seguiu um período de debate, com perguntas postas pelos participantes, entre eles a francesa Odile Cordelier (SNES-FSU), Vice-Presidente do CSEE. A discussão deste primeiro dia teve o seu foco na escola pública portuguesa.



**João Paulo Leonardo, diretor  
da ES Passos Manuel**



**Joaquim Santos, Maria José Rangel  
e Cristina Ferreira - FNE**

## Melhorar o bem-estar ocupacional na educação



**Magda Costa - CONFAP**



**Da esquerda para a direita: Martina Di Ridolfo (CSEE), Aleksandra Morozovaité (Investigadora) e Tina Rezar (ESTUS - Eslovénia)**



**Dirigentes da ANESPO/CNEF e direção da ETIC**

O palco do dia 10 de outubro passou para a Fundação Portuguesa das Comunicações e para a ETIC - Escola de Tecnologias Inovação e Criação, contígua àquela fundação. Hugo Martins e Carlos Vieira (CNEF) apresentaram o Ensino e Formação Profissional em Portugal. De seguida, ocorreram entrevistas individuais e informais ao diretor e a um professor daquele estabelecimento. O debate aconteceu imediatamente a seguir, com destaque para o ensino e formação profissional, desta feita com o foco no setor privado.

Terminado o debate, os participantes tiveram direito a uma visita às instalações modernas da ETIC, com cursos entre outros de animação e jogos, cinema e televisão, design e multimédia, marketing digital e web, moda ou música e som. O período da tarde decorreu sob o chapéu do diálogo social e seus intervenientes. O debate começou por uma discussão aberta sobre as impressões da visita à escola.

No primeiro período da tarde, presidido por Odile Cordelier, Martina Di Ridolfo (CSEE) e Monika Hoang (EFEE) intervieram sobre o tema da "Segurança e Saúde no Trabalho na Educação - As prioridades do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação" (ESSDE, na sigla inglesa), que envolve aquelas duas organizações com a participação da Comissão Europeia (CE).

Novo debate e comentários dos participantes, que antecedeu um painel de discussão "Melhorar o Bem-Estar Ocupacional na Educação - Uma Perspetiva de Saúde e Segurança no Trabalho", composto por Fernando Alexandre (DGAE), Carlos Vieira (CNEF), Joaquim Santos (FNE) e Luís Filipe Lopes (SINDEP).



# Resultados provisórios do inquérito a dirigentes

No segundo momento da tarde, presidido por Rodrigo Queiroz e Melo, Aleksandra Molozovaité apresentou os primeiros resultados do inquérito da investigação do projeto a dirigentes europeus sobre a situação dos riscos psicossociais no setor da educação. Os resultados provinham de 67 respondentes de 28 países, 35 de sindicatos e 32 de empregadores da educação:

## 1 - Tempo de trabalho e carga de trabalho

Apesar de algumas reduções no horário de trabalho após a pandemia devido ao aumento acentuado durante a COVID-19, a tendência geral indica que a carga de trabalho permanece elevada, particularmente para os docentes. O inquérito revela que os profissionais da educação continuam a registar um aumento do horário de trabalho. 67% consideram que o mesmo se aplica aos diretores das escolas.

## 2 - Pressão no trabalho

Uma das conclusões mais significativas é a pressão duradoura exercida pela digitalização (78%). As tecnologias que foram rapidamente introduzidas durante a pandemia tornaram-se agora permanentes na educação, aumentando a pressão sobre as rotinas diárias dos professores. Embora muitos tenham relatado um forte apoio dos colegas, os diretores das escolas, que agora assumem responsabilidades ainda maiores, continuam a enfrentar uma pressão crescente. Pressão no tempo: 66%. Aumento da pressão externa: pressão da direção: 61%; pressão dos pais: 63%; pressão dos alunos: 58%.



*Sala de trabalho na ETIC - 10 de outubro*

### 3 - Apoio no trabalho

O inquérito revelou um quadro misto em relação ao apoio no local de trabalho. Embora muitos professores se sintam apoiados pelos seus colegas, o apoio da direção e da supervisão diminuiu desde o auge da pandemia. É alarmante o facto de o apoio à saúde e à segurança continuar a ser inadequado e de as disposições relativas à saúde mental serem frequentemente insuficientes.

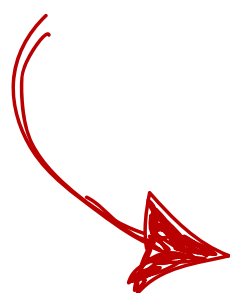
### 4 - Recursos

Embora existam recursos como o desenvolvimento profissional contínuo e a formação inicial de professores, as oportunidades de feedback regular são escassas. Os recursos de saúde mental, em especial os avaliados pelos sindicatos do setor da educação, são considerados insatisfatórios (56%), em comparação com a perspetiva dos empregadores. 59% de todos os inquiridos consideram que os recursos disponíveis para apoiar o bem-estar no trabalho são insatisfatórios ou muito insatisfatórios. Em Portugal, a insatisfação com os recursos de apoio foi ainda mais alta (89%):

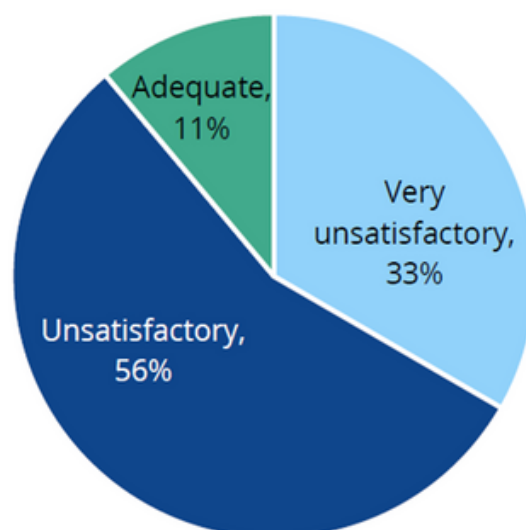
### 5 - Riscos psicossociais

A Covid teve um impacto duradouro na saúde mental da profissão docente. Aproximadamente três quartos de todos os inquiridos acreditam que as questões psicossociais foram exacerbadas como resultado da pandemia. A experiência portuguesa é coincidente com as tendências gerais.

Os riscos psicossociais, como a carga de trabalho excessiva (75%), a intensidade do trabalho e o comportamento agressivo de terceiros (63%), aumentaram desde o regresso às salas de aula físicas. A digitalização e o comportamento disruptivo dos estudantes continuam a ser desafios persistentes. Embora as preocupações com a privacidade tenham diminuído, a utilização crescente de ferramentas digitais na educação continua a ser fonte de stress para muitos professores.



**Portugal**







Visita guiada à ETIC

## Diálogo social no ADN da FNE

Estas conclusões realçam a necessidade urgente de uma ação abrangente para proteger a saúde mental dos trabalhadores da educação. Naquele dia 10 de outubro, Dia Internacional da Saúde Mental, o CSEE chamou igualmente a atenção para os debates em curso no Parlamento Europeu sobre a necessidade de uma estratégia global da União Europeia em matéria de saúde mental.

O CSEE apoia plenamente o apelo a uma iniciativa legislativa em matéria de saúde mental e insta os decisores políticos europeus a darem prioridade à saúde mental e ao bem-estar dos profissionais da educação no âmbito destes debates.

De um modo sumário, a principal conclusão do inquérito foi a de que a profissão de educador sempre foi uma profissão altamente exigente e desafiadora. No entanto, a pandemia aumentou a carga de trabalho, a pressão e os riscos psicossociais, levando a desafios significativos e duradouros para os atuais e futuros profissionais da educação.

São por isso necessários sistemas de apoio mais fortes para garantir o bem-estar dos profissionais da educação no trabalho, para reduzir o impacto negativo da COVID-19 e, em última análise, para aumentar a atratividade da profissão docente no setor da educação.

Depois da apresentação dos resultados provisórios do inquérito a dirigentes europeus de sindicatos e de empregadores europeus, o projeto evoluiu para um painel sobre como “Abordar o Impacto a Longo Prazo da Crise da COVID na Comunidade Educativa”, em que participaram Joaquim Santos (FNE), Magda Costa (CONFAP), Hugo Martins (ANESPO/CNEF) e Manuela Mendonça (Fenprof).

A FNE sublinhou a relevância do Diálogo Social como o meio mais efetivo de se encontrarem soluções para os desafios de uma transformação na educação. No período de debate interveio a Vice-Secretária-Geral da FNE, Cristina Ferreira, que contextualizou o papel do PAE nos períodos pré e pós pandemia nas escolas portuguesas.

O diálogo social é definido pela CE como discussões, consultas, negociações e ações conjuntas que envolvem organizações que representam os dois lados da indústria: empregadores e trabalhadores. Este diálogo social assume duas formas principais: 1) um diálogo tripartido que envolve as autoridades públicas; 2) um diálogo bipartido entre os empregadores europeus e as organizações sindicais.

Este diálogo tem lugar a nível interprofissional e no âmbito de comités setoriais de diálogo social.

Na área da educação, o diálogo bipartido europeu na área da educação decorre entre o CSEE e a EFEE, no já citado ESSDE. O plenário anual deste órgão realiza-se nos próximos dias 18 e 19 de dezembro, em Bruxelas.

O projeto “Après Covid” vai elaborar no seu término um relatório de investigação e um sumário executivo, ambos da responsabilidade de Aleksandra Molozovaité. Um dos objetivos é na realidade o de identificar boas práticas a nível nacional, regional e local, nos quatro países envolvidos, no âmbito dos riscos psicossociais na educação, assim como o de identificar o impacto de longo prazo da COVID-19.

Outros resultados esperados deste projeto são uma possível Declaração Conjunta do CSEE / EFEE e uma esperada revisão das “Diretrizes Práticas Conjuntas sobre Como Promover Iniciativas Conjuntas de Parceiros Sociais ao Nível Europeu, Nacional, Regional e Local para Prevenir e Combater Riscos Psicossociais na Educação”.







## **Posição do CSEE sobre uma abordagem global europeia da saúde mental Adotada em 7 de fevereiro de 2023**

O CSEE congratula-se com a iniciativa da Comissão Europeia de abordar a saúde mental, mas lamenta um foco limitado na dimensão profissional dos riscos psicossociais e do stress relacionados com o trabalho.

Por conseguinte, o CSEE apela à CE a abordar adequadamente a saúde mental no setor da educação e apresentar uma medida legislativa mais ambiciosa e abrangente sobre a saúde mental relacionada com o trabalho, incluindo os riscos psicossociais e o stress relacionados com o trabalho.

A investigação tem demonstrado que os fatores relacionados com o trabalho contribuem significativamente para o declínio da saúde mental e do bem-estar dos trabalhadores do setor da educação.

Professores, académicos, investigadores e outros profissionais da educação estão entre as profissões mais afetadas por riscos psicossociais, que diminuem a atratividade da sua profissão e causam problemas de retenção nos sistemas educativos em toda a Europa.

O CSEE está preocupado com o facto de a iniciativa proposta não ser suficientemente ambiciosa para produzir um impacto real e responder efetivamente às necessidades dos que enfrentam níveis crescentes de riscos psicossociais e de stress.

Por conseguinte, a melhoria da saúde mental dos trabalhadores do setor da educação relacionada com o trabalho exige uma legislação europeia abrangente, com uma forte tónica na prevenção e em medidas eficazes para combater riscos psicossociais e o stress em contexto laboral, com a participação contínua dos sindicatos do setor da educação.



A iniciativa deve incluir obrigações concretas para os empregadores abordarem as causas fundamentais dos riscos psicossociais e deve ser coerente com a atual obrigação dos empregadores de realizar uma avaliação regular dos riscos no local de trabalho, incluindo as medidas de proteção necessárias a aplicar (artigo 9.º da Diretiva 89/391/CEE).

Tanto a crise da COVID-19 como as crescentes exigências decorrentes de ambientes educativos cada vez mais digitalizados afetaram significativamente a saúde mental dos trabalhadores da educação, que ficaram sem o apoio adequado.

Estes desafios contribuíram para minar o estatuto e a atratividade da profissão docente na Europa. O CSEE exige mais investigação para avaliar o impacto da COVID-19 e do aumento dos ambientes digitais de ensino e aprendizagem na saúde mental dos trabalhadores do sector da educação.

Por último, salienta a necessidade de melhorar a literacia em saúde mental de todos os trabalhadores da educação para combater o estigma social em torno das questões de saúde mental relacionadas com o trabalho, bem como para sensibilizar para a importância das medidas de saúde e segurança e da avaliação dos riscos no campo educacional.







# IA na educação: uma abordagem de saúde e segurança centrada nos professores

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA) publicou recentemente o relatório “Inteligência artificial e educação – uma abordagem da segurança e da saúde centrada nos professores”. Nele, o setor da educação é definido como uma área de alto risco para lidar com a Inteligência Artificial (IA).

O relatório descreve em pormenor o impacto, muitas vezes ignorado, da digitalização e das tecnologias baseadas em IA nos educadores e professores e apresenta as conclusões de uma análise da sua influência na segurança, saúde e bem-estar desses profissionais.

As estratégias e medidas para minimizar os riscos e explorar o potencial dos professores são apresentadas juntamente com orientações políticas relevantes para os níveis docente, institucional, nacional e europeu.

As tecnologias baseadas na IA podem reduzir a carga de trabalho dos professores, simplificar o planeamento de recursos e melhorar os processos de avaliação dos alunos. No entanto, também representam riscos como a sobrecarga cognitiva e a perda de competências.

O relatório examina assim as oportunidades e os riscos associados à integração das novas tecnologias digitais para a saúde, a segurança e o bem-estar dos professores nas escolas. Esta análise é feita tanto na perspetiva da segurança e saúde no trabalho (SST) como numa perspetiva pedagógica.

Até agora, os alunos têm sido o foco principal no que diz respeito à integração das tecnologias digitais no setor da educação. Os professores têm sido vistos, quando muito, sobretudo no seu papel de mediadores e, em primeiro lugar, como utilizadores de ferramentas digitais. Com as tecnologias baseadas na IA a chegarem às escolas, está a ser dada maior atenção aos professores - agora no seu papel de responsáveis pela implantação destas tecnologias e por lidarem com os seus desafios.





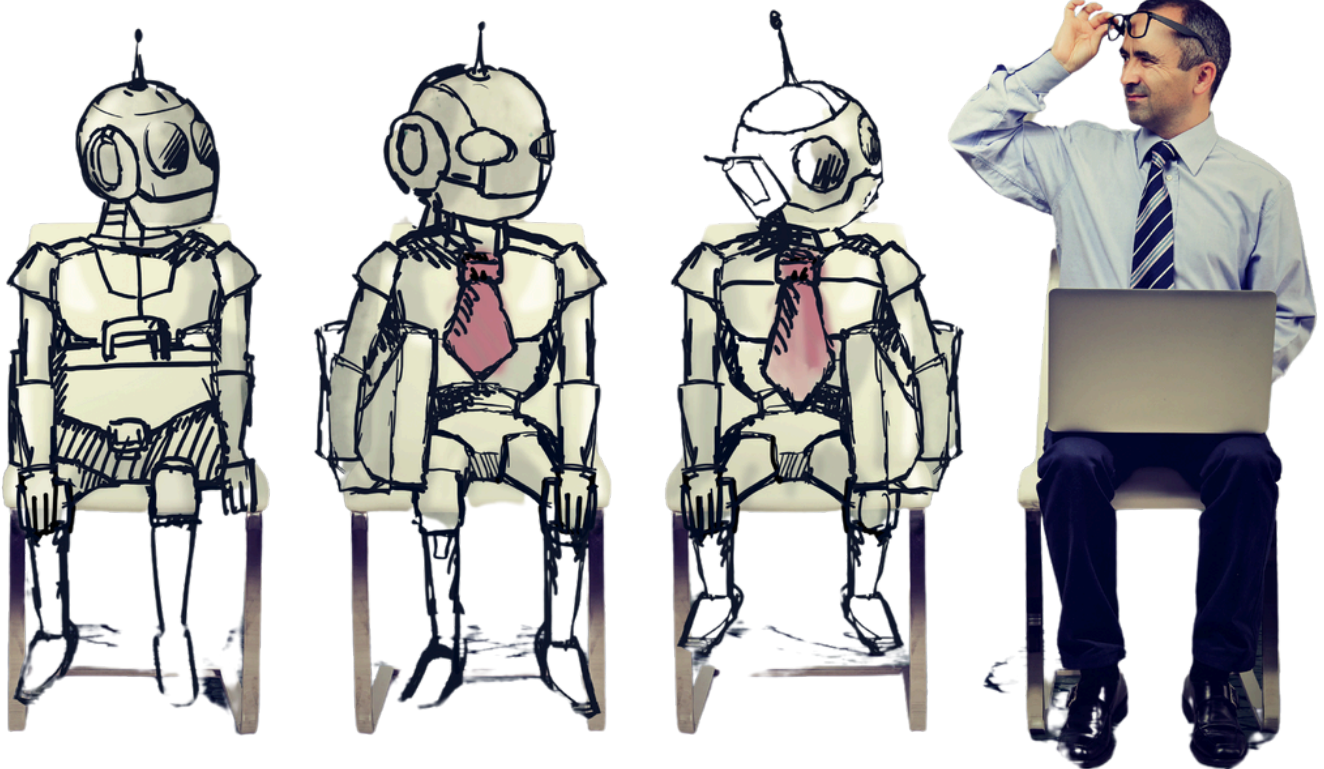
## Flexibilidade e exigências

A pandemia da COVID-19 desencadeou uma perturbação global no sistema educativo e um aumento ad hoc da digitalização, provocando uma maior carga mental e stress nos professores. Para os docentes em particular, a pandemia trouxe também grande incerteza, maior carga de trabalho e stress digital, com elementos cognitivos e emocionais à mistura.

As escolas também foram testadas enquanto organizações. A “maturidade digital” de uma escola, ou seja, a existência de uma boa infraestrutura digital, mas sobretudo de apoio técnico e pedagógico aos professores, e de processos escolares centrados no ensino e na aprendizagem digitais, contribuiu em larga medida para reduzir a carga de trabalho e o stress dos professores.

Os estudos longitudinais iniciais evidenciaram as seguintes tensões no bem-estar digital dos professores durante a pandemia de COVID-19: incerteza, uma elevada carga de trabalho, em particular no final da pandemia e o sentimento de desvalorização enquanto grupo profissional.

Os recursos surgiram sob a forma da disponibilidade de apoio social, da capacidade de determinar o seu próprio trabalho (autonomia no trabalho) e da utilização de estratégias funcionais de sobrevivência.



Os professores novos e mais jovens e aqueles com doenças anteriores foram identificados como estando particularmente em risco. As decisões institucionais a nível da escola têm um papel fundamental a desempenhar na perceção do bem-estar dos professores durante a pandemia da COVID-19.

Tanto as tecnologias digitais tradicionais como as tecnologias baseadas na IA contribuem para uma maior flexibilidade dos professores. No entanto, a utilização destas tecnologias também aumenta as exigências colocadas às competências técnicas dos professores, às suas competências mediáticas em termos de didática e às suas competências sociais.

A utilização da análise da aprendizagem para o ensino e a aprendizagem também impõe novas exigências à competência dos professores. Trata-se de exigências que vão para além dos conhecimentos tecnológicos e que dizem respeito à sua capacidade pedagógica e tecnológica.

O desenvolvimento da IA generativa (GenAI) e, em particular, a chegada do ChatGPT às escolas significa que os professores estão agora também confrontados com uma nova incerteza: A GenAI gera de forma autónoma novos conteúdos que têm de ser interpretados e a sua origem explicada.

Figure 4: The six competence areas of DigCompEdu



Source: Redecker and Punie 2017; [https://joint-research-centre.ec.europa.eu/digcompedu\\_en](https://joint-research-centre.ec.europa.eu/digcompedu_en)





## Riscos em grande escala

Novos riscos e oportunidades decorrem da utilização de tecnologias digitais baseadas na IA para os professores. Os seis fatores de carga de trabalho, autonomia, desenvolvimento profissional, ética, quadro regulamentar e custos são utilizados como base para especificar os principais riscos e potencialidades da utilização das tecnologias digitais baseadas na IA para a saúde, a segurança e o bem-estar dos professores.

Tais riscos são a falta de transparência (e explicabilidade) dos sistemas de IA que aumentam a carga cognitiva, o controlo e a vigilância digitais que utilizam dados em tempo real e podem afetar a saúde mental, a colaboração entre humanos e robôs pode fazer diminuir a interação dos professores ou uma tendência para atuar de forma legível por máquinas, a chamada “prompt engineering”.

Outros riscos associados são uma confiança excessiva na tecnologia de IA, desafios gerais inerentes à tecnologia, tais como problemas de preconceito inerentes à própria IA ou problemas de “alucinação”, falta de fiabilidade técnica e de precisão dos sistemas de IA ou o risco de uma utilização incorreta da IA.

Além disso, os desafios para a profissão docente incluem a perda de competências específicas, risco de desprofissionalização, falta de validação dos sistemas baseados em IA para utilização na educação e o incumprimento da proteção de dados quando for da utilização dessas tecnologias.

## Alargar o conceito de literacia

Do lado das oportunidades e para diminuir a carga de trabalho dos professores é necessária a redução da carga de trabalho para tarefas de rotina, como a marcação de atividades, o apoio no planeamento das aulas, por exemplo, no desenvolvimento de cursos e a redução da quantidade de trabalho.

Outros fatores são uma maior precisão na classificação e avaliação, o apoio no desenvolvimento e implementação de cenários alternativos de aprendizagem integrada, por exemplo, abordagens transdisciplinares, ensino vertical ou turmas mistas, a simplificação do planeamento de recursos (tarefas e horários), a otimização da organização do trabalho na escola e o envolvimento de sistemas baseados em IA na avaliação de riscos da escola.

Para ampliar o campo de ação disponível aos docentes é necessário reconhecer que a autonomia é maximizada quando os professores mantêm o controlo, de forma transparente, de todo o seu processo de trabalho (abordagem “human-in-command”) e é necessário mais tempo para as tarefas pedagógicas e para o seu próprio desenvolvimento profissional, bem como para ser criativo ou desenvolver processos de criatividade.

Figure 5: AI Act Risk pyramid



Source: Zaber 2024; European Commission: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/regulatory-framework-ai>





No campo do apoio ao desenvolvimento profissional dos professores, o objetivo é facilitar o acesso ao desenvolvimento profissional, uma maior flexibilidade na utilização de serviços de formação contínua e de consultoria, permitir novas formas de intercâmbio entre colegas, por exemplo, através de plataformas e comunidades eletrónicas e o reforço da profissão docente em resultado dos conhecimentos especializados em IA.

No que respeita a estratégias e medidas para minimizar os riscos e explorar as oportunidades para os professores, a OSHA sublinha que para utilizar a IA no setor da educação (que é um domínio definido como de alto risco - Lei da IA da UE), deve ser desenvolvida uma estratégia proactiva em que a saúde, a segurança e o bem-estar dos professores e dos alunos tenham a máxima prioridade.

As tecnologias baseadas na IA devem ser introduzidas gradualmente no sistema educativo. Ao fazê-lo, devem ser considerados os seus riscos e oportunidades em relação à saúde, à segurança e ao bem-estar dos professores.

O desenvolvimento de uma estratégia escolar de IA é um pré-requisito necessário para a integração segura e saudável das tecnologias baseadas em IA no ensino e na administração escolar.

O conceito de literacia em IA deve ser alargado de modo a incluir os aspetos de saúde, segurança e bem-estar dos professores e dos alunos. Devem ser igualmente oferecidas medidas de apoio aos professores, por exemplo, a autogestão do bem-estar, programas de apoio socio-emocional, mas também medidas de apoio à recompensa do papel e para aumentar a atratividade da profissão docente.

## Cinco áreas essenciais

Em quase nenhum outro domínio político a utilização das tecnologias digitais e, em particular, das tecnologias baseadas na IA, é tão debatida como no setor da educação. Os alunos são normalmente o centro das atenções neste domínio. Os professores são vistos quase exclusivamente no seu papel de mediadores da tecnologia e menos frequentemente como aqueles que são afetados pelos desenvolvimentos tecnológicos e que os moldam.

Além disso, os professores são responsáveis pela segurança, saúde e bem-estar dos seus alunos; no entanto, raramente se discute a forma como os próprios professores podem ser apoiados em tempos de mudança perturbadora e como cuidam de si próprios.

Os debates sobre a utilização das tecnologias digitais na educação continuam a ser dominados por uma abordagem centrada na tecnologia. A perspetiva centrada no professor precisa urgentemente de ser acrescentada a este debate.

Os sistemas de IA são sistemas complexos que também são utilizados em ambientes complexos, neste caso o setor da educação. Esta complexidade resulta em incertezas específicas que devem ser tidas em conta na avaliação dos riscos. Continuamos a ter falta de conhecimentos sobre as possibilidades realistas destas tecnologias.

Perante a aprendizagem profunda e os grandes modelos linguísticos multimodais baseados em grandes quantidades de dados e não em decisões humanas, estamos a atingir os limites da interpretabilidade e da explicabilidade. Há também uma falta de regras, regulamentos e normas que são desafios constantes nesta área.

Os riscos e as potenciais oportunidades atingem genericamente cinco campos principais: a carga de trabalho, questões de autonomia profissional, matérias relacionadas com o desenvolvimento profissional, questões éticas e custos. Importa, pois, estarmos atentos a todos eles.







# *vantagens*



Há +vantagens em ser associado(a)  
dos sindicatos da FNE

[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

Consultar protocolos





# Fórum

2024



Federação Nacional da Educação

**MELHOR EDUCAÇÃO**

com carreiras valorizadas,  
atrativas e mobilizadoras.

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO ALMEIDA

**9** de  
**Nov.**

10:30 - 12:30  
14:30 - 17:00

**PORTO**

**INSCRIÇÕES**

[www.fne.pt](http://www.fne.pt) | [secretariado@fne.pt](mailto:secretariado@fne.pt)

